



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, novembro/2005

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Murilo Portugal Filho

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

José Antônio Gragnani

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva (em licença)

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos (em licença)

Fabio Pereira Simoni da Silva

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 10, outubro 2005. 38p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em outubro, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R\$ 6,1 bilhões, acumulando no ano superávit de R\$ 58,4 bilhões (3,67% do PIB), em comparação aos R\$ 50,4 bilhões (3,49% do PIB) até outubro de 2004. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,3 bilhões, enquanto a Previdência (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,1 bilhões e R\$ 25,8 milhões, respectivamente. Destaca-se no mês o aumento da arrecadação bruta de tributos federais, R\$ 4,1 bilhões acima do montante registrado em setembro, e a despesa de R\$ 1,6 bilhão com subsídios e subvenções econômicas, em especial a referente à securitização da dívida agrícola assumida pelo Governo Central no montante de R\$ 884,4 milhões. Cabe salientar que o resultado do Governo Central foi positivamente influenciado pela concentração da arrecadação no último dia útil do mês, cuja transferência a estados e municípios ocorre no primeiro decêndio de novembro.

O resultado do Governo Central acumulado em 2005 ficou 0,18 ponto percentual do PIB acima daquele obtido no período de janeiro a outubro de 2004.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2004-2005

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	SET 2005	OUT 2005	JAN-OUT 2004	JAN-OUT 2005
I. RECEITA TOTAL	36.722,7	41.442,6	338.711,9	392.749,5
I.1. Receitas do Tesouro	27.864,4	32.630,2	264.979,4	307.658,3
I.1.1 Receita Bruta (1)	30.268,1	34.346,8	276.960,7	319.733,7
I.1.2. (-) Restituições	-2.403,6	-1.716,6	-11.981,2	-12.075,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.748,2	8.699,0	72.765,9	83.903,4
I.3. Receitas do Banco Central	110,1	113,3	966,5	1.187,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.401,6	6.330,7	54.994,1	66.453,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	31.321,0	35.111,9	283.717,7	326.296,1
IV. DESPESA TOTAL	28.197,0	28.970,7	233.343,1	267.924,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	6.725,3	6.406,8	65.867,5	70.119,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.461,3	11.836,4	95.686,7	111.538,2
IV.3. Custeio e Capital	9.836,7	10.532,5	70.156,3	84.327,6
IV.3.1. Despesa do FAT	1.272,7	1.081,0	8.173,8	9.769,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	1.001,1	1.642,6	3.118,9	6.655,6
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	830,3	837,5	6.153,6	7.563,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.732,5	6.971,4	52.710,0	60.339,1
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	53,7	55,9	494,8	502,5
IV.5. Despesas do Banco Central	120,0	139,2	1.137,8	1.437,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.124,1	6.141,1	50.374,6	58.371,4
V.1. Tesouro Nacional	5.847,1	9.304,3	73.466,8	86.255,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.713,1	-3.137,4	-22.920,8	-27.634,8
V.3. Banco Central (4)	-9,9	-25,8	-171,3	-249,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,49%	3,67%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.
(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.
(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES
ACUMULADO: 2005/2004

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	16,0%
Tesouro	16,1%
Previdência	15,3%
Transferências	20,8%
Receita Líquida	15,0%
Despesas	14,8%
Benefícios	16,6%
Pessoal	6,5%
Custeio e Capital	20,2%

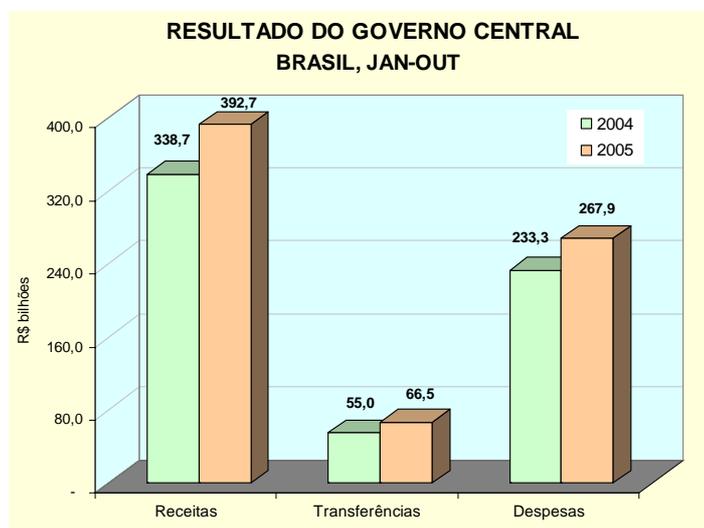
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	23,46%	24,67%
Transferências	3,81%	4,17%
Receita Líquida	19,65%	20,50%
Despesa Total	16,16%	16,83%
Resultado Primário	3,49%	3,67%

As transferências constitucionais e legais a estados e municípios aumentaram 20,8% este ano, passando de 3,81% do PIB, em 2004, para 4,17%, em 2005.

O crescimento da receita do Tesouro Nacional deve-se ao comportamento da economia este ano, especialmente à lucratividade dos setores de metalurgia e extração mineral, eletricidade e telecomunicações, e ao preço do petróleo no mercado internacional.

Parcela significativa dos tributos tem apresentado arrecadação praticamente estável como proporção do PIB. A arrecadação do IPI aumentou apenas 0,05 ponto percentual do PIB e a da Cofins apenas 0,03 ponto percentual. Por outro lado, a arrecadação do Imposto de Renda cresceu, até outubro, 17,8% em termos nominais (0,40 ponto percentual do PIB) e a da CSLL em 29,2% (0,21 ponto percentual do PIB), na esteira da maior lucratividade das empresas em diversos segmentos. A receita da cota-parte de compensações financeiras também mostrou-se dinâmica (cresceu 0,11 ponto percentual do PIB), devido à elevação do volume de produção de petróleo e do preço do *brent* no mercado internacional.



Até outubro, as transferências a estados e municípios cresceram 20,8% (10,6% acima do crescimento do PIB) como resultado, em boa medida, do comportamento das receitas partilhadas, em especial do imposto de renda. Ademais, houve incremento significativo no repasse da CIDE-Combustíveis (R\$ 1,8 bilhão contra R\$ 1,1 bilhão até outubro de 2004) e na transferência da cota-parte de compensações financeiras, a qual alcançou R\$ 7,5 bilhões, sendo R\$ 1,9 bilhão superior ao registrado em igual período de 2004. Dessa forma, nos dez primeiros meses do exercício de 2005, as transferências a estados e municípios cresceram R\$ 11,5 bilhões, cerca de 0,36 ponto percentual do PIB.

No que diz respeito às despesas, a execução mostra-se superior à programação financeira estipulada no início do ano. Embora estejam abaixo do volume total de recursos liberados pelo Tesouro este ano, as despesas de custeio e capital encontram-se em patamar significativamente superior ao nível do ano passado (R\$ 84,3 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2005 ante R\$ 70,2 bilhões em igual período de 2004).

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Tesouro Nacional	5,09%	5,42%
Previdência Social	-1,59%	-1,74%
Banco Central	-0,01%	-0,02%
Governo Central	3,49%	3,67%

O crescimento da folha de pagamento da União no acumulado até outubro foi de R\$ 4,3 bilhões (6,5%). Cabe salientar que um número significativo de concessões de aumento salarial, previstas ainda para este ano, devem incrementar o crescimento da folha. As despesas previstas para o ano devem atingir R\$ 94,2 bilhões, ficando R\$ 10,5 bilhões superior ao valor observado em 2004, com acréscimo de 12,5%, resultando em crescimento bem acima da inflação.

As despesas de custeio e capital cresceram 20,2% em relação ao ano anterior, refletindo entre outros o aumento dos gastos com subsídios e subvenções econômicas. Dentre outros, pode-se citar: i) aumento de R\$ 535,7 milhões no volume de recursos para as políticas de sustentação dos preços e aquisição de produtos; ii) acréscimo de R\$ 755,2 milhões na apropriação dos subsídios relativos à dívida agrícola securitizada; e iii) crescimento de R\$ 815,8 milhões nos gastos do PESA, decorrentes da transferência para a Dívida Ativa da União de parte daquela dívida. Ademais, foi efetuada reestruturação de passivo com a capitalização da Emgea no valor de R\$ 1,2 bilhão.

As despesas com benefícios assistenciais ao encargo do Tesouro, especialmente as decorrentes da LOAS, cresceram 22,9%, totalizando R\$ 7,6 bilhões até outubro. Esse aumento reflete o impacto da elevação real do salário-mínimo em 2005, assim como desdobramentos da redução da idade mínima para o recebimento do benefício para o idoso após a entrada em vigor do estatuto do idoso em 2003. As despesas com abono salarial e seguro-desemprego cresceram 19,9%, totalizando R\$ 9,4 bilhões. Tal incremento está associado em parte ao aumento do salário-mínimo em termos reais e ao número de empregos formais gerados desde 2004. O aumento do número de empregos formais amplia o contingente de beneficiários, especialmente do abono salarial, uma vez que a maioria dos empregos criados encontra-se na faixa de renda passível de recebimento desse benefício.

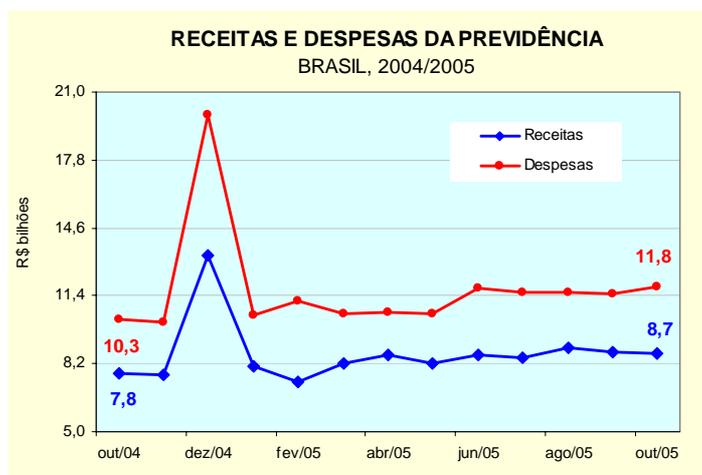
O déficit da Previdência até outubro somou R\$ 27,6 bilhões, 20,6% acima do déficit obtido em igual período de 2004. Em relação ao PIB, cresceu para 1,74% do PIB, contra 1,59% até outubro de 2004. Em termos nominais, a receita de contribuições cresceu 15,3%, equivalente a um aumento de R\$ 11,1 bilhões em relação ao mesmo período do ano passado. Contudo, as despesas com benefícios previdenciários cresceram em ritmo superior, apresentando aumento de R\$ 15,9 bilhões (16,6%). Esse crescimento situa-se bem acima do aumento de 7,4% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo a quantidade média mensal de benefícios pagos, 1,1 milhão acima do verificado em igual período de 2004. Tal comportamento reflete-se na necessidade de financiamento do RGPS, a qual cresceu a um ritmo duas vezes superior ao do PIB nominal.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receitas do Tesouro (*)	18,35%	19,33%
Transferências	3,81%	4,17%
Despesas do Tesouro	9,45%	9,73%
Resultado Primário	5,09%	5,42%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

O aumento dos gastos com custeio e capital está localizado em dois grupos de despesas: i) subsídios e subvenções econômicas, incluindo o programa de reforma agrária; e ii) benefícios assistenciais (LOAS, abono e seguro-desemprego).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,04%	5,27%
Benefícios	6,63%	7,01%
Resultado Primário	-1,59%	-1,74%



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 34,3 bilhões em outubro, sendo R\$ 4,1 bilhão (13,5%) superior ao montante verificado no mês anterior, com incrementos significativos na arrecadação da CSLL (48,4%) e do Imposto de Renda (19,2%). Esse resultado decorre, principalmente, da conjugação de dois fatores sazonais: i) pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL em outubro de 2005, referente à apuração trimestral encerrada em setembro; ii) arrecadações atípicas do IRPJ (R\$ 286,0 milhões) e da CSLL (R\$ 107,0 milhões), relativas a débitos de empresas específicas. Já as arrecadações referentes à Cofins e à CIDE-Combustíveis alcançaram R\$ 7,4 bilhões e R\$ 627,6 milhões, apresentando queda de 4,4% e 6,6%, respectivamente.

Dentre as demais receitas, destaca-se a arrecadação da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, que totalizou R\$ 2,8 bilhões em outubro frente a R\$ 784,0 milhões em setembro. Tal elevação (253,2%) encontra justificativa na sazonalidade do recolhimento da participação especial da cota-parte, apurada trimestralmente e recolhida até o último dia útil do mês seguinte ao do fato gerador.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

De janeiro a outubro de 2005, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 319,7 bilhões contra R\$ 277,0 bilhões em igual período de 2004. O crescimento de 15,4% em termos nominais é função do desempenho da arrecadação dos tributos administrados, em especial da CSLL (+29,2%), que apresentou crescimento de 356,4% no setor de extração de minerais metálicos,

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	SET	OUT
Impostos	12.424,5	13.925,0
Imposto de Renda	8.735,4	10.412,0
IPI	2.291,3	2.258,2
Outros	1.397,8	1.254,8
Contribuições	15.206,0	15.731,2
Cofins	7.778,8	7.439,3
CPMF	2.192,5	2.214,7
CSLL	1.955,3	2.902,2
Cide - Combustíveis	671,9	627,6
Outras	2.607,5	2.547,34
Demais	2.637,6	4.690,6
Cota parte	784,0	2.769,5
Diretamente Arrecadada	935,2	924,1
Dividendos da União	1,0	30,9
Pagamento Unificado ²	259,3	259,1
Outras	658,0	706,9
Total Bruto	30.268,1	34.346,8

¹ Os valores referentes à retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

² Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL.

119,5% no de telecomunicações, 48,1% no de eletricidade, 47,6% no de metalurgia básica, e 42,5% no setor de combustíveis.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 37,1 bilhões até outubro, contra R\$ 29,8 bilhões em igual período do ano anterior. Desse aumento, R\$ 2,9 bilhões deu-se na rubrica “Cota-Parte de Compensações Financeiras” pela exploração de petróleo e gás natural. O acréscimo no volume de arrecadação dessa rubrica reflete os elevados níveis dos preços internacionais do petróleo e o aumento do volume de produção. O recolhimento dos dividendos pagos pelas empresas estatais federais ao Tesouro Nacional foi R\$ 706,4 milhões superior (21,2%) ao registrado no acumulado do mesmo período de 2004.

Em outubro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 6,3 bilhões, contra R\$ 5,4 bilhões em setembro, apresentando variação de R\$ 929,1 milhões (17,2%). As transferências constitucionais para FPE e FPM se elevaram em 15,4%, refletindo o aumento na arrecadação bruta do imposto de renda e a redução no volume de restituições.

Em relação às demais transferências destaca-se o incremento de *royalties* pela produção de petróleo e gás (acréscimo de R\$ 29,7 milhões em relação a setembro). As transferências referentes à Lei Complementar 115/2002 mantiveram-se praticamente estáveis, no montante de R\$ 350,4 milhões.

De janeiro a outubro de 2005, as transferências a estados e municípios aumentaram 20,8% em relação a 2004, perfazendo um total de R\$ 66,5 bilhões. Os principais eventos que explicam o acréscimo de R\$ 11,5 bilhões são: i) aumento de R\$ 8,4 bilhões nas transferências para os fundos constitucionais FPE e FPM, em razão da maior arrecadação do IR e IPI, base de cálculo dessas transferências; ii) elevação de R\$ 1,9 bilhão no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, em decorrência basicamente do aumento da produção e dos elevados preços do petróleo no mercado internacional; e iii) incremento de R\$ 692,4 milhões nas transferências da CIDE-Combustíveis, em virtude da não ocorrência de transferência no primeiro trimestre de 2004 (Lei nº 10.866/2004).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 17,0 bilhões em outubro, contra R\$ 16,6 bilhões no mês anterior. O acréscimo de R\$ 379,5 milhões (2,3%) pode ser explicado, principalmente, pelo aumento das despesas de custeio e capital (R\$ 695,8 milhões), parcialmente compensado pela redução de R\$ 318,5 milhões nas despesas com pessoal e encargos sociais.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Impostos	7,93%	8,35%
Imposto de Renda	5,81%	6,21%
IPI	1,28%	1,34%
Outros	0,84%	0,81%
Contribuições	9,18%	9,40%
Cofins	4,51%	4,54%
CPMF	1,48%	1,49%
CSLL	1,20%	1,41%
Cide - Combustíveis	0,45%	0,40%
Outras	1,54%	1,56%
Demais	2,07%	2,33%
Cota parte	0,75%	0,86%
Diretamente Arrecadada	0,59%	0,65%
Dividendos da União	0,23%	0,25%
Pagamento Unificado /1	0,16%	0,16%
Outras	0,34%	0,40%
Total Bruto	19,18%	20,09%

/1 Em 2005 inclui Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam: Cofins, PIS e CSLL. Em 2004 apenas Paes.

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI)		
Decêndio	R\$ milhões	
	SET	OUT
Terceiro Decêndio	6.136,7	6.360,6
Primeiro Decêndio	437,7	1.004,5
Segundo Decêndio	2.179,9	2.772,5
Total	8.754,4	10.137,6

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	2,90%	3,16%
Constitucionais (CIDE-Combustíveis)	0,08%	0,11%
Lei Complementar nº 115/2002	0,25%	0,22%
Demais	0,58%	0,68%
Total	3,81%	4,17%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

A variação nos dispêndios do Tesouro Nacional em outubro deveu-se, principalmente, ao aumento das despesas de custeio e capital.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET	OUT
Pessoal e Encargos	6.725,3	6.406,8
Custeio e Capital	9.836,7	10.532,5
Despesas do FAT	1.272,7	1.081,0
Subsídios e Subvenções /1	1.001,1	1.642,6
LOAS/RMV	830,3	837,5
Outras	6.732,5	6.971,4
Transferência ao Bacen	53,7	55,9

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Pessoal e Encargos	4,56%	4,40%
Custeio e Capital	4,86%	5,30%
Despesas do FAT	0,57%	0,61%
Subsídios e Subvenções /1	0,22%	0,42%
LOAS/RMV	0,43%	0,48%
Outras	3,65%	3,79%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Até outubro de 2005, as despesas do FAT, atingiram o montante de R\$ 9,8 bilhões, com acréscimo de R\$ 1,6 bilhão, em a relação à igual período de 2004.

As despesas do FAT apresentaram redução de R\$ 191,7 milhões, refletindo, principalmente, a queda de R\$ 183,7 milhões, por razões sazonais, ocorrida no pagamento dos benefícios do abono salarial (PIS/Pasep) e do seguro desemprego.

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 1,6 bilhão, apresentando acréscimo de R\$ 641,5 milhões em relação ao mês anterior. Entre essas despesas, as rubricas que apresentaram maiores variações foram: i) securitização da dívida agrícola (R\$ 884,4 milhões, sem correspondente no mês anterior), em função da apropriação do subsídio com base nas Leis nºs 9.138/1995, 9.866/1999 e 10.437/2002; e ii) despesas com compras de produtos agrícolas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), com incremento de R\$ 170,5 milhões.

Até outubro de 2005, as despesas do Tesouro Nacional foram equivalentes a 9,73% do PIB, sendo 0,28 ponto percentual do PIB acima do valor observado em idêntico período do ano anterior. Esse resultado decorre, principalmente, do acréscimo em alguns itens da despesa de custeio e capital, destacando-se os gastos com subsídios e subvenções econômicas (inclusive reordenamento de passivos), os quais aumentaram 0,20 ponto percentual do PIB, comparativamente ao mesmo período de 2004.

No acumulado do ano, as despesas de pessoal e encargos sociais elevaram-se em 4,3 bilhões (6,5%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, mantida a expectativa de aceleração dessa despesa nos próximos dois meses. Até dezembro, esse item de despesa deverá totalizar R\$ 94,2 bilhões, superior em R\$ 10,5 bilhões ao realizado em 2004.

As despesas do FAT atingiram R\$ 9,8 bilhões no acumulado de 2005, com acréscimo de R\$ 1,6 bilhão (19,5%) em relação ao mesmo período de 2004. Dentre os fatores a contribuírem para esse aumento incluem-se o aumento do salário mínimo sobre os gastos com seguro desemprego e o impacto da elevação do emprego formal em 2004 – com conseqüente expansão dos beneficiários – sobre o volume de abono salarial.

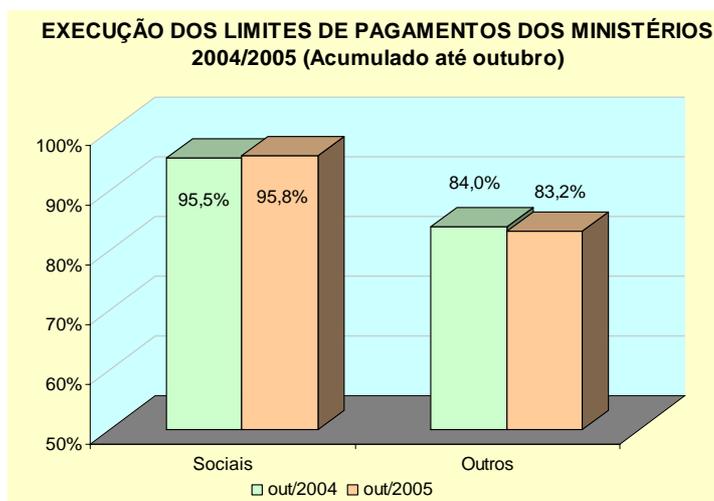
Os gastos com subsídios e subvenções econômicas – incluindo reordenamento de passivos e transferência aos fundos regionais – acumulados no período janeiro-outubro perfizeram R\$ 6,7 bilhões, correspondendo a um aumento de R\$ 3,5 bilhões em relação ao realizado no ano de 2004, dos quais R\$ 2,2 bilhões relacionados ao apoio da União ao setor agrícola.

Especificamente, houve: i) aumento de R\$ 535,7 milhões no gastos com o Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), para compra de produtos agrícolas; ii) elevação de R\$ 150,2 milhões nas despesas com compras de produtos contemplados pelo Programa de Sustentação de Preços Mínimos, principalmente algodão, milho e trigo; iii) crescimento de R\$ 779,6 milhões nos gastos do PESA, decorrentes da transferência para a Dívida Ativa da União de débitos em atraso do setor agrícola; iv) acréscimo de R\$ 755,2 milhões na apropriação dos subsídios relativos a securitização agrícola. Além disso, as despesas associadas ao reordenamento de passivos da União – referente à capitalização da Emgea – somaram R\$ 1,2 bilhão este ano, sem correspondência em 2004.

As despesas com LOAS e RMV perfizeram até outubro R\$ 7,6 bilhões, com acréscimo de R\$ 1,4 bilhão em relação ao período de 2004. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo deste ano e especificamente no caso da LOAS, pelas repercussões da redução da idade mínima para recebimento do benefício, a partir da entrada em vigor do estatuto do idoso em 2004.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	2004	2005
Agricultura	1.426,0	3.643,1
Custeio Agropecuário	92,9	134,5
Investimento Rural	324,7	263,1
Preços Agrícolas	(35,0)	652,1
- EGF	4,1	5,4
- AGF	(42,4)	493,3
- Sustentação de preços	3,3	153,4
Pronaf	752,1	567,3
Pesa	36,2	815,8
Cacau	1,1	0,0
Securitização	129,2	884,4
Fundo da Terra/Incr	124,7	325,8
Outros	746,3	648,8
Habitação (PSH)	360,3	266,6
FND	15,9	-72,9
Exportação (Proex)	370,1	465,1
Total	2.172,3	4.291,9

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.



No ano, os gastos sociais com LOAS e RMV somam R\$ 7,6 bilhões, com acréscimo de R\$ 1,4 bilhão em relação a 2004.

Até outubro, o percentual de execução dos limites de pagamento constantes dos decretos de programação orçamentária e financeira realizado pelos Ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Promoção Social) foi ligeiramente superior (0,3 ponto percentual) ao observado em 2004, tendo alcançado 95,8%, contra 95,5% do ano anterior. Em relação aos demais ministérios, houve uma ampliação do hiato entre os recursos liberados e seu emprego pelos órgãos setoriais, tendo os percentuais de execução alcançado apenas 83,2% em 2005, contra 84,0% no ano anterior.



Com relação à execução de Restos a Pagar (RP) no acumulado do ano, foi pago o montante de R\$ 6,3 bilhões, correspondentes a 60,5% do total inscrito (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 5.379, de 25/02/2005. Do montante de RP pagos, os investimentos representam R\$ 2,9 bilhões (46,6%), sendo que R\$ 700,5 milhões (24%) foram aplicados pelo Ministério dos Transportes e R\$ 613,4 milhões (21%) pelo Ministério da Saúde.

Boxe 1 – Ampliação de limites de despesas de custeio e investimentos

O Decreto nº 5.578, de 8/11/05, ampliou em R\$ 1,2 bilhão os limites de gastos de custeio e investimentos. Tal ampliação explica-se pelo fato de ter-se verificado recolhimento acima do previsto, no valor de R\$ 3,5 bilhões, com destaque para o Imposto de Renda (R\$ 1,7 bilhão), CSLL (R\$ 1,1 bilhão) e Cofins (R\$ 963,1 milhões), superior à necessidade de ampliação das despesas de caráter obrigatório, cuja projeção aumentou R\$ 1,3 bilhão. As principais elevações aconteceram nas despesas:

- Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 700 milhões, decorrentes da revisão da projeção com base nos valores realizados nos meses de setembro e outubro;
- Sentenças Judiciais: R\$ 76,4 milhões, resultantes de recolhimento da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU) ao INSS para quitação de dívida previdenciária, ocorrido no mês de outubro;
- Subsídios: aumento de R\$ 300,0 milhões para aquisição de produtos no âmbito do programa de Aquisições do Governo Federal (AGF); e
- Créditos Extraordinários: R\$ 192,0 milhões decorrentes da edição de Medidas Provisórias, principalmente para alocação no Projeto Habitar Brasil, no Pronaf e no Programa de Erradicação da Febre Aftosa.

Quanto ao déficit do INSS, houve aumento de R\$ 723,6 milhões no valor projetado para o ano, resultante principalmente da expectativa de elevação do montante de sentenças de pequeno valor a serem pagas.

Em relação às variáveis macroeconômicas, a expectativa de crescimento real da economia permaneceu em 3,4%. Os índices de inflação e as taxas de juros incorporaram as últimas expectativas de mercado. A revisão efetuada (IGP-DI) apontou redução na taxa anual em 2005, de 2,16% para 1,51%.

O valor nominal da meta de resultado primário do Governo Federal foi mantido, conforme indicado no Decreto anterior (Decreto 5.553, de 03/10/05), em R\$ 61,3 bilhões (3,15% do PIB). Para o Governo Central a meta nominal foi fixada em R\$ 46,3 bilhões (2,38% do PIB) e para as Estatais Federais não houve alteração, permanecendo em R\$ 15,0 bilhões (0,77% do PIB).

Previdência Social

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 3,1 bilhões em outubro, R\$ 424,2 milhões (15,6%) acima do verificado no mês de setembro. Tal comportamento é explicado pelo aumento de R\$ 375,1 milhões nas despesas em relação ao mês anterior e pelo comportamento da receita, que apresentou pequena queda de R\$ 49,2 milhões (-0,6%) frente aos ingressos do mês de setembro. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 27,6 bilhões, contra R\$ 22,9 bilhões observados em 2004. A tabela abaixo resume essas informações apresentando em detalhes a evolução das contas do RGPS.

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

	Em mil benefícios			
	SET		OUT	
	2005	2005	2004	2005
TOTAL	23.655	23.878	22.364	23.448
Previdenciários	20.151	20.347	19.146	19.982
Aposentadorias	12.900	12.978	12.333	12.792
Idade	6.599	6.631	6.284	6.546
Invalidez	2.622	2.643	2.451	2.581
Tempo de contribuição	3.679	3.704	3.598	3.665
Pensão por morte	5.729	5.765	5.541	5.691
Auxílio-Doença	1.459	1.533	1.205	1.428
Salário - maternidade	33	40	43	41
Outros	30	31	24	29
Acidentários	758	763	744	757
Aposentadorias	142	143	132	140
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	129	133	123	130
Auxílio - acidente	267	267	266	267
Auxílio - suplementar	90	89	93	91
ASSISTENCIAIS	2.737	2.759	2.470	2.699
Amparos Assistenciais - LOAS	2.208	2.235	1.869	2.155
Idoso	1.023	1.041	800	991
Portador de deficiência	1.185	1.194	1.069	1.164
Pensões mensais vitalícias	17	17	17	17
Rendas mensais vitalícias	512	507	583	527
Idade	164	161	195	170
Invalidez	348	345	388	357

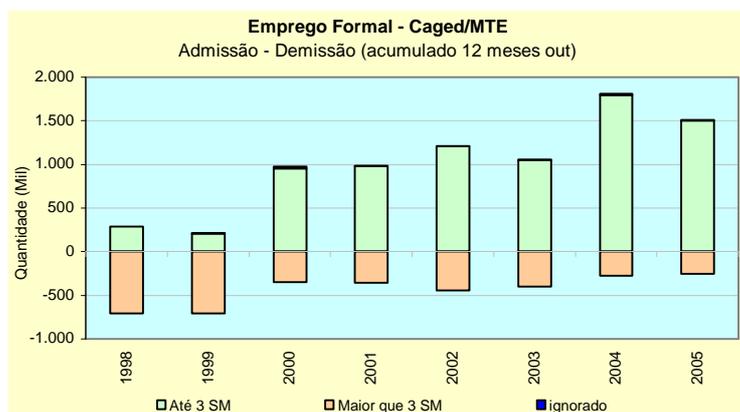
Em outubro, o déficit primário da Previdência Social foi de R\$ 3,1 bilhões. No acumulado do ano, o resultado foi deficitário em R\$ 27,6 bilhões, equivalente a 1,74% do PIB do período.

A despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 11,8 bilhões, representando incremento de 3,3% frente ao pagamento de benefícios do mês anterior. Essa elevação deveu-se, principalmente: i) ao aumento da despesa com precatórios de benefícios, que passou de R\$ 39,9 milhões em setembro para R\$ 258,3 milhões em outubro, retornando aos patamares verificados nos meses anteriores de 2005; e ii) aceleração da concessão e liberação de benefícios devido ao fim da greve do INSS.

No ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 83,9 bilhões, sendo 15,3% superior à registrada em igual período de 2004. Essa arrecadação correspondeu a 5,27% do PIB no acumulado de 2005, apresentando aumento de 0,23 ponto percentual em relação a 2004. O comportamento da receita previdenciária é compatível com o desempenho observado no mercado de trabalho. Segundo os dados do Caged, nos últimos 12 meses foram criados 1,3 milhão de novas vagas no mercado formal de emprego, refletindo continuado crescimento na geração de empregos com renda até três salários mínimos e uma diminuição das baixas registradas nos postos com remuneração acima de três salários mínimos.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,04%	5,27%
Benefícios	6,63%	7,01%
Resultado Primário	-1,59%	-1,74%



BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-OUT			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	22,4	23,4	4,8%
Valor médio**	433,3	465,4	7,4%

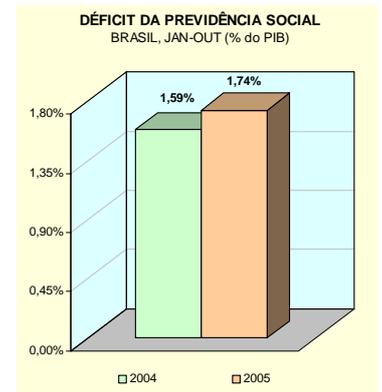
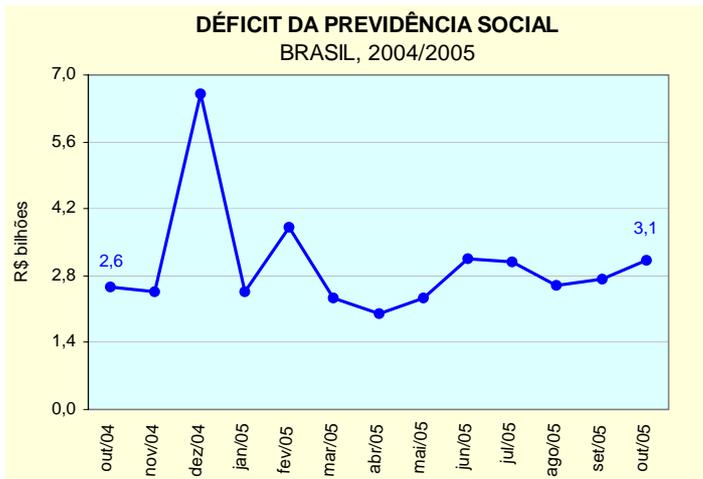
(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 111,5 bilhões no acumulado de 2005, representando elevação de 16,6% (R\$ 15,9 bilhões) em relação ao mesmo período de 2004. Esse crescimento se situa bem acima do aumento de 7,4% no valor médio dos benefícios pagos. Houve incremento de 1,1 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos, o que significa um crescimento de 4,8% no total de benefícios.

Na comparação da média de janeiro a outubro de 2005 em relação à média do mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 459,3 mil aposentadorias (3,7%), de 223,0 mil benefícios de auxílio-doença (18,5%), de 150,3 mil pensões por morte (2,7%) e de 286,0 mil na quantidade de LOAS (15,3%). Essa evolução, ainda que acentuada, aponta para uma desaceleração no ritmo de concessão do auxílio-doença, que vinha se traduzindo em aumentos de cerca de 30% nos benefícios nos últimos três anos.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASIL, 2004-2005				
	Em mil benefícios			
	Set	Out	MÉDIA JAN-OUT	
	2005	2005	2004	2005
TOTAL	23.655	23.878	22.364	23.448
Previdenciários	20.151	20.347	19.146	19.982
Aposentadorias	12.900	12.978	12.333	12.792
Idade	6.599	6.631	6.284	6.546
Invalidez	2.622	2.643	2.451	2.581
Tempo de contribuição	3.679	3.704	3.598	3.665
Pensão por morte	5.729	5.765	5.541	5.691
Auxílio-Doença	1.459	1.533	1.205	1.428
Salário - maternidade	33	40	43	41
Outros	30	31	24	29
Acidentários	758	763	744	757
Aposentadorias	142	143	132	140
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	129	133	123	130
Auxílio - acidente	267	267	266	267
Auxílio - suplementar	90	89	93	91
ASSISTENCIAIS	2.737	2.759	2.470	2.699
Amparos Assistenciais - LOAS	2.208	2.235	1.869	2.155
Idoso	1.023	1.041	800	991
Portador de deficiência	1.185	1.194	1.069	1.164
Pensões mensais vitalícias	17	17	17	17
Rendas mensais vitalícias	512	507	583	527
Idade	164	161	195	170
Invalidez	348	345	388	357

A necessidade de financiamento do RGPS se ampliou a um ritmo duas vezes maior que a do crescimento do PIB nominal. Essa dinâmica se explica pelo aumento das despesas como proporção do PIB em 0,38 ponto percentual, compensado parcialmente pela elevação de receitas, também como proporção do PIB, que se limitou a 0,23 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS cresceu de 1,59% para 1,74% do PIB.



Em outubro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou 25,5% do PIB, inferior em 0,3 ponto percentual ao saldo do mês anterior. A DPMFi diminuiu o equivalente a 0,1 ponto percentual do PIB, resultado em parte do resgate líquido de títulos em R\$ 4,7 bilhões. Os títulos prefixados tiveram resgates líquidos de R\$ 13,8 bilhões, enquanto que as emissões dos títulos indexados à taxa Selic superaram os resgates em R\$ 10,7 bilhões. O custo médio da DPMFi em poder do público foi de 17,98% a.a., aumento de 3,40 pontos percentuais, devido à depreciação cambial e ao aumento dos índices de preços. O prazo médio pela metodologia da vida média, cuja publicação se inicia esse mês, ficou em 40,52 meses, contra 21,87 meses pela metodologia tradicional. A despeito da depreciação cambial ocorrida no mês, o saldo em moeda nacional da dívida externa líquida apresentou decréscimo de R\$ 1,7 bilhão, o equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB, devido à amortização de títulos de renegociação da dívida (bradies).

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em outubro, a dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 488,3 bilhões, equivalentes a 25,5% do PIB acumulado nos últimos doze meses, inferior em 0,3 ponto percentual ao observado no mês anterior. Em termos nominais essa redução foi de R\$ 1,1 bilhão, influenciada por fatores internos, resgates líquidos de títulos e aumento dos haveres contratuais, e externos, amortização da dívida renegociada.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	174.540	321.309	321.953
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	764.214	924.597	930.356
Dívida Contratual da STN	-441.932	-444.088	-449.042
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-147.743	-159.199	-159.361
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	212.831	168.063	166.337
Dívida Mobiliária em Poder do Público	169.098	139.016	136.990
Títulos Depositados em Garantia	-3.934	-3.289	-3.255
Dívida Contratual	48.126	32.666	32.951
Disponibilidades	-459	-330	-349
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	387.371	489.372	488.290
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	22,5%	25,8%	25,5%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 488,3 bilhões em outubro, equivalente a 25,5% do PIB.

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de outubro com saldo de R\$ 322,0 bilhões, equivalentes a 16,8% do PIB acumulado em 12 meses, percentual esse inferior em 0,12 ponto percentual ao observado no mês anterior. Contribuíram para essa variação os resgates líquidos dos títulos da DPMFi, em R\$ 4,7 bilhões, proporcionando redução equivalente a 0,13 ponto percentual do PIB do estoque dessa dívida. Além disso, o saldo dos haveres contratuais do Tesouro Nacional aumentou o equivalente a 0,05 ponto percentual do PIB, decorrente da variação do IGP-M (de 0,60%), do IGP-DI (de 0,63%) e do efeito da depreciação cambial (de 1,44%) sobre os haveres vinculados a esses indexadores.

Dívida Interna Líquida

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	
	OUT	SET	OUT
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	174.540	321.309	321.953
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	764.214	924.597	930.356
LFT	443.119	498.798	516.797
LTN	133.508	232.414	220.973
NTN-B	26.195	39.580	42.426
NTN-C	76.423	75.199	75.262
NTN-D	17.128	5.808	4.912
Demais	46.227	46.042	46.381
Dívida Securitizada	19.096	23.536	20.307
TDA	2.520	3.221	3.297
DÍVIDA CONTRATUAL	-589.674	-603.287	-608.402
<i>Tesouro Nacional</i>	-441.932	-444.088	-449.042
Dívida Bancária	25.403	24.901	24.874
Lei nº 7.976/89	-8.565	-5.994	-6.091
Lei nº 8.727/93	-48.040	-47.901	-47.817
Lei nº 9.496/97	-237.968	-247.429	-247.733
Renegociação Dívida Municipais	-35.245	-37.485	-37.533
Demais Haveres da STN	-137.516	-130.180	-134.742
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-147.743	-159.199	-159.361
FAT	-101.964	-113.818	-113.568
Demais Entidades	-45.779	-45.381	-45.792
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	44,4%	48,7%	48,6%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-34,2%	-31,8%	-31,8%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,7%	-23,4%	-23,5%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,1%	16,9%	16,8%

Em outubro, a dívida interna líquida do Tesouro Nacional correspondeu a 16,8% do PIB.

Em outubro, o resgate líquido de títulos da DPMFi foi de R\$ 4,7 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. As emissões totais corresponderam a R\$ 39,1 bilhões, enquanto o montante resgatado foi de R\$ 43,8 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 38,8 bilhões, sendo: i) R\$ 19,7 bilhões em LTN, com vencimentos em julho de 2006,

Emissões e Resgates

No mês de outubro, houve resgate líquido da DPMFi no montante de R\$ 4,7 bilhões.

abril de 2007 e janeiro e julho de 2008; ii) R\$ 15,4 bilhões em LFT, com vencimentos em dezembro 2008 e 2009; iii) R\$ 3,0 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2007, 2009 e 2015 e agosto de 2008 e 2024; iv) R\$ 580,5 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010 e 2012; e v) R\$ 199,9 milhões em NTN-C, com vencimentos em abril de 2008 e 2021 e janeiro de 2031.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 179,1 milhões, todas no âmbito dos programas públicos, sendo: i) R\$ 101,5 milhões em TDA para indenizações de desapropriação para a reforma agrária; ii) R\$ 54,1 milhões em CFT-E1 para o Fies; e iii) R\$ 23,4 milhões em NTN-I para o Proex.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, OUT/2005

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	38.830,9	179,1	64,9	39.074,9
LFT	15.363,0	0,0	13,1	15.376,0
LTN	19.726,4	0,0	44,4	19.770,9
NTN-B	2.961,1	0,0	5,2	2.966,3
NTN-C	199,9	0,0	1,1	201,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	580,5	0,0	1,2	581,7
TDA	0,0	101,5	0,0	101,5
Securitizada*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	77,5	0,0	77,5
II. RESGATES**	38.825,5	4.921,7	75,5	43.822,7
LFT	2.759,0	1.865,8	4,4	4.629,2
LTN	34.138,8	0,0	62,3	34.201,1
NTN-B	718,3	0,0	1,0	719,3
NTN-C	1.209,4	101,9	7,6	1.318,9
NTN-D	0,0	376,3	0,0	376,3
NTN-F	0,0	0,0	0,3	0,3
TDA	0,0	38,9	0,0	38,9
Securitizada*	0,0	1.521,2	0,0	1.521,2
Demais	0,0	1.017,6	0,0	1.017,6
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	5,4	-4.742,6	-10,5	-4.747,7

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em outubro, o programa Tesouro Direto alcançou R\$ 64,9 milhões em vendas, aumento de 72,3% em relação ao mesmo mês de 2004. Os títulos mais demandados pelos investidores foram as LTN, representando 68,4% do montante vendido, seguidas pelas LFT (20,1%).

Os volumes de vendas e de investidores cadastrados em 2005 atingiram, respectivamente, a cifra de R\$ 534,8 milhões e 13.995 investidores. Isso representou aumento de 84,1% no volume de vendas e de 47,3% no número de investidores em relação ao mesmo período do ano passado. Destaca-se que o número de investidores cadastrados no programa atingiu 46.791 pessoas.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 64,9 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 44,4 milhões em LTN com vencimentos em abril de 2006 e 2007, julho de 2006 e 2007, outubro de 2006 e janeiro de 2007 e 2008; ii) R\$ 13,1 milhões em LFT com vencimentos em junho de 2008 e março de 2009; iii) R\$ 5,2 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2008 e 2024 e maio de 2007, 2009, 2015 e 2045; iv) R\$ 1,1 milhão em NTN-C com vencimentos em

julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; e v) R\$ 1,2 milhão em NTN-F com vencimento em janeiro de 2008.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em outubro, atingiu R\$ 43,8 bilhões, sendo R\$ 39,5 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 4,3 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 3,5 bilhões em LFT, aceitas nos leilões de troca de LFT (R\$ 2,5 bilhões), NTN-B (R\$ 982,7 milhões) e NTN-C (R\$ 14,9 milhões); ii) R\$ 635,5 milhões em NTN-B, aceitas nos leilões de troca de NTN-B; e iii) R\$ 212,3 milhões em NTN-C, aceitas nos leilões de troca de NTN-B (R\$ 109,3 milhões) e NTN-C (R\$ 103,0 milhões).

Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Em consonância com as diretrizes de administração da dívida pública e visando fortalecer o mercado de títulos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de outubro, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA e NTN-C, remuneradas pelo IGP-M.

O montante negociado de NTN-C foi de R\$ 199,9 milhões. No leilão realizado nos dias 29 e 30 de setembro, com liquidação financeira no dia 3 de outubro de 2005, o total negociado foi de R\$ 83,5 milhões, sendo que 95,5% (R\$ 79,8 milhões) foram recebidos em dinheiro e os 4,5% (R\$ 3,7 milhões) restantes foram recebidos em troca por outros títulos. Os títulos com vencimento em 2031 representaram 91,5% do total vendido, saindo à taxa de 8,49% a.a.. A taxa de venda observada para as NTN-C com vencimento em 2021 foi de 8,48% a.a..

No dia 30 de setembro, com liquidação financeira em 3 de outubro, foi realizado leilão de troca de NTN-C, sendo que o montante emitido nesta operação foi de R\$ 116,3 milhões, com vencimento em abril de 2008. Os títulos aceitos nesta oportunidade foram as LFT e as NTN-C com vencimentos em novembro e dezembro de 2005, respectivamente.

No que diz respeito às NTN-B, o montante vendido em setembro foi de R\$ 3,0 bilhões. No leilão realizado nos dias 13 e 14 de outubro, com liquidação financeira no dia 17 de outubro de 2005, foram emitidos R\$ 1,9 bilhão. Desse montante 51,9% (R\$ 1,0 bilhão) foram recebidos em troca por outros títulos e 48,1% (R\$ 925,6 milhões) em dinheiro. Os títulos mais demandados foram aqueles com vencimento em 2009, representando 78,9% do total vendido e saindo à taxa de 11,55% a.a.. Os títulos com vencimento em 2007, 2008, 2015 e 2024 foram vendidos às taxas de 12,25% a.a., 11,80% a.a., 8,96% a.a. e 9,00% a.a., respectivamente.

Nos dias 25 e 26 de outubro foi realizado leilão de NTN-B com liquidação financeira em 27 de outubro. O montante vendido foi de R\$ 1,0 bilhão, sendo que 63,5% (R\$ 657,6 milhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 36,5% (R\$ 377,6 milhões) em dinheiro. Destaca-se que a NTN-B com vencimento em 2009 foi o título mais demandado, saindo à taxa de 11,50% a.a.. As NTN-B com vencimento em 2007 e 2008 foram vendidas às taxas de 12,25% a.a. e 11,75% a.a., respectivamente.

Conforme o cronograma, realizou-se leilão de NTN-C, nos dias 28 e 31 de outubro, com liquidação financeira em 1º de novembro de 2005. O montante total negociado foi de R\$ 308,5 milhões, sendo recebido somente em troca por outros títulos. Foram vendidos os vencimentos 2017 e 2031, sendo que as taxas de venda foram de 8,47% a.a. e 8,49% a.a., respectivamente. Ressalta-se que a NTN-C com vencimento em 2031 foi o título mais demandado, representando 97,3% do total negociado.

Em relação à composição da DPMFi, a sazonalidade decorrente da concentração de vencimentos de LTN nos meses que representam início do

Composição

trimestre civil refletiu-se na redução da participação dos títulos com rentabilidade prefixada (1,35 ponto percentual), em função do seu resgate líquido em R\$ 14,4 bilhões, bem como no aumento da participação de títulos remunerados pela taxa Selic (1,47 ponto percentual) e a índices de preços (0,20 ponto percentual), em função da emissão líquida de LFT e NTN-B, nos valores de R\$ 10,7 bilhões e R\$ 2,2 bilhões, respectivamente. Adicionalmente, verificou-se redução na participação dos títulos remunerados pela taxa de câmbio (0,11 ponto percentual), decorrente do resgate líquido de NTN-D, no valor de R\$ 376,3 milhões.

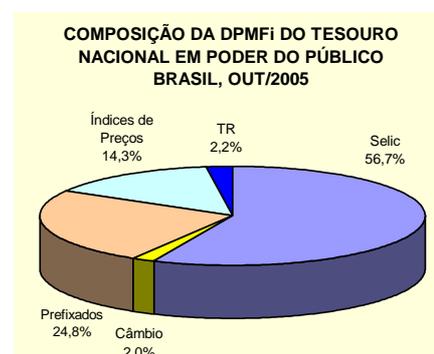
Por fatores sazonais, os títulos prefixados tiveram sua participação reduzida em 1,35 ponto percentual, enquanto os títulos remunerados pela taxa Selic ampliaram-se em 1,47 ponto percentual.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2004/2005

INDEXADOR	2004		2005
	OUT	SET	OUT
Selic	59,79	55,19	56,66
Câmbio	4,55	2,13	2,02
Prefixados	17,80	26,13	24,78
Índices de Preços	15,98	14,11	14,31
TR	1,87	2,44	2,23

(%)

* Não inclui dívida agrícola.



Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público passou de 14,58% a.a., em setembro, para 17,98% a.a., em outubro, em função da depreciação do real frente ao dólar americano em relação ao mês anterior (variação de 1,44%, em outubro, contra -5,99%, em setembro), aumentando o custo anual da NTN-D.

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2005

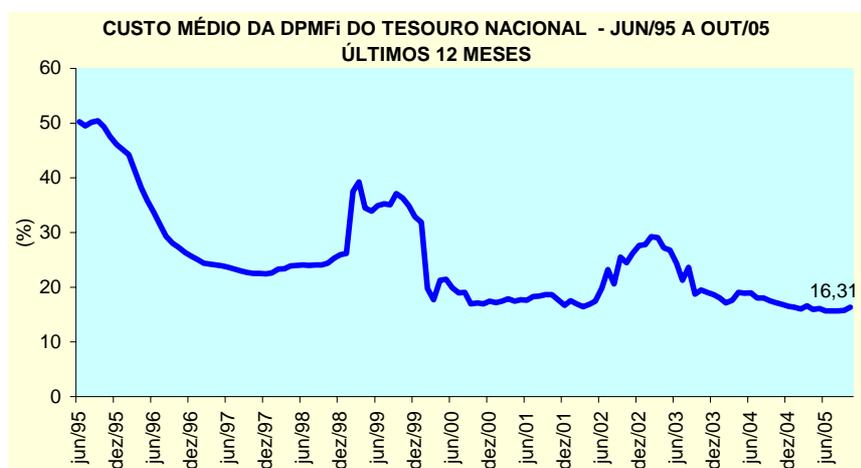
PERÍODO	(% anual)	
	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	22,91	18,41
2004	Out	15,29
	Nov	17,49
	Dez	17,37
2005	2004	17,17
	Jan	16,93
	Fev	17,34
	Mar	18,71
	Abr	18,20
	Mai	17,03
	Jun	16,74
	Jul	16,91
	Ago	16,51
	Set	16,64
Out	17,79	

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público passou de 14,58% a.a., em setembro, para 17,98% a.a., em outubro, devido à depreciação cambial no mês e à evolução dos índices de preços.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 16,64% a.a., em setembro, para 17,79% a.a., em outubro, devido a: i) maior variação do IGP-M (-0,53%, em setembro, contra 0,60%, em outubro) aumentando o custo anual da NTN-C em 14,55 pontos percentuais; e ii) maior variação do IPCA (0,35%, em setembro, contra 0,75%, em outubro), que aumentou o custo anual da NTN-B em 14,52 pontos percentuais.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi, apresentou acréscimo, passando de 15,77% a.a., em setembro, para 16,31% a.a., em outubro, principalmente, em função dos seguintes fatores: i) maior variação da taxa Selic (1,41%, em outubro de 2005, contra 1,21% no mesmo mês do ano anterior); e ii) aumento no custo dos títulos prefixados (17,46% em outubro de 2005 contra 15,81% no mesmo mês do ano anterior) em razão do aumento das taxas de rentabilidade aceitas nos leilões. Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 16,31% a.a., apresentando aumento de 0,54 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Em outubro, o prazo médio da DPMFi apresentou incremento de 0,21 mês. O prazo médio das LTN teve aumento de 1,26 mês, devido à emissão deste título com prazo médio de 19,23 meses, superior ao prazo médio do seu estoque em setembro (8,42 meses). O prazo médio das LFT reduziu em 0,16 mês, em virtude da aproximação da data de vencimento desses títulos, apesar de o prazo médio das emissões (41,97 meses) ter sido superior ao de seu estoque.

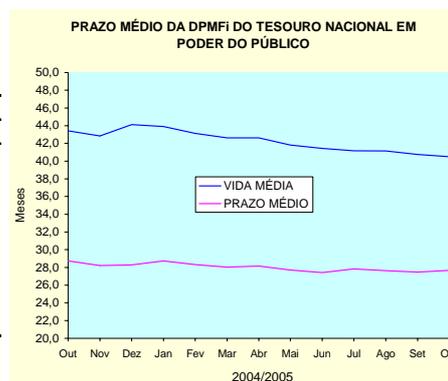
Prazo Médio

Em comparação a setembro, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 0,21 mês.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2004	Out	43,42	21,65
	Nov	42,84	21,18
	Dez	44,14	20,69
2005	Jan	43,89	21,41
	Fev	43,14	21,26
	Mar	42,60	21,10
	Abr	42,62	21,50
	Mai	41,83	21,16
	Jun	41,44	21,01
	Jul	41,19	21,59
	Ago	41,13	21,43
	Set	40,75	21,43
Out	40,52	21,87	

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



Conforme anunciado no boletim de setembro e com o objetivo de comparar as estatísticas entre países, a partir deste mês será divulgada a estatística de vida média das dívidas mobiliárias interna e externa do Tesouro Nacional, a qual indica o prazo remanescente apenas do principal dos títulos públicos. Para fins de comparação, a estatística de prazo médio tradicionalmente divulgada pelo Tesouro Nacional considera o prazo remanescente do principal e também dos cupons intermediários, constituindo-se, portanto, num indicador mais conservador. Em outubro, a vida média da DPMFi foi de 40,52 meses, inferior em 0,23 mês ao obtido no mês anterior. Essa redução é explicada, principalmente, pela emissão de NTN-B com prazo de vencimento (41,2 meses) inferior ao seu prazo médio de estoque em setembro (151,0 meses).

Dívida Externa Líquida

No mês de outubro de 2005, o estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, apresentou decréscimo de 1,0%, alcançando R\$ 166,3 bilhões. O motivo para essa redução foi fundamentalmente a amortização dos *bradies*, com destaque ao resgate total do *C-Bond* (US\$ 1,1 bilhão). Na moeda norte-americana, o saldo devedor teve decréscimo de 2,44%.

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 1,7 bilhão (0,2 ponto percentual do PIB).

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004 OUT	2005 SET	2005 OUT
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	169.098	139.016	136.990
Bônus de Renegociação	41.279	19.801	16.222
Bônus de Captação	127.820	119.215	120.767
II. DÍVIDA CONTRATUAL	48.126	32.666	32.951
Organismos Multilaterais	26.931	19.989	20.251
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.059	6.955	6.935
Clube de Paris	12.136	5.722	5.765
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	217.224	171.682	169.941
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.934	-3.289	-3.255
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-459	-330	-349
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	212.831	168.063	166.337
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	12,4%	8,9%	8,7%

O serviço da DPFe em outubro totalizou R\$ 6,4 bilhões, dos quais R\$ 4,3 bilhões referem-se ao pagamento de principal e R\$ 2,1 bilhões ao pagamento de juros e encargos - a maior parte referente à dívida mobiliária.

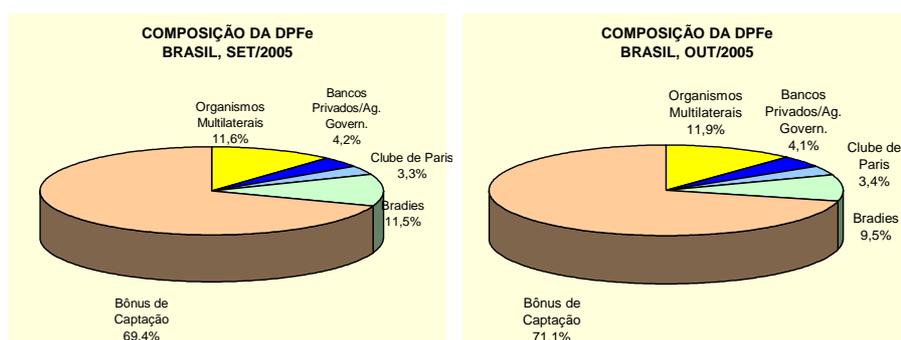
TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, OUT/2005

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	4.294,3	2.149,5	6.443,7
I.1. Organismos Multilaterais	177,2	73,0	250,2
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	237,7	143,3	381,0
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	3.879,4	1.933,1	5.812,5
BEA - BRADIES	3.879,4	503,5	4.382,8
Bônus (Novas Captações)	0,0	2,2	2,2
EURO 2007	0,0	189,7	189,7
GLOBAL 2008	0,0	132,9	132,9
GLOBAL 2009	0,0	328,1	328,1
GLOBAL 2010	0,0	291,5	291,5
GLOBAL 2019	0,0	148,8	148,8
GLOBAL 2024	0,0	298,7	298,7
SAMURAI 2007	0,0	37,9	37,9

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 6,4 bilhões no mês.

Em relação à composição da DPFe, houve redução da participação dos Bônus de Renegociação em 1,99 ponto percentual, sobretudo em razão do resgate total do *C-Bond*.

Composição



Os bradies tiveram sua participação na DPFe reduzida em 2,0 pontos percentuais, devido ao resgate total do C-Bond.

O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou acréscimo em relação a setembro, passando de 6,33 anos para 6,42 anos. Este acréscimo foi provocado pelo resgate total do *C-Bond*, que aumentou o prazo médio dos Bônus de Renegociação. Já a vida média da dívida mobiliária passou de 12,26

Custo e Prazo Médio

anos em setembro para 12,34 anos em outubro, em decorrência do já citado efeito do resgate total do *C-Bond*.

Em outubro, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se para 6,42 anos. O custo médio, por sua vez, foi de 9,44% a.a.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	
	OUT	SET	OUT
PRAZO MÉDIO (1)	6,10	6,33	6,42
Bônus de Renegociação	5,72	5,56	6,33
Bônus de Captação	6,21	6,46	6,43
Globais	7,23	7,12	7,10
Euros	3,23	3,90	3,84
Demais	2,22	1,40	1,33
VIDA MÉDIA (2)	11,88	12,26	12,34
Bônus de Renegociação	10,07	9,82	10,48
Bônus de Captação	12,46	12,66	12,59
Globais	15,20	14,44	14,36
Euros	4,69	5,17	5,08
Demais	2,41	1,50	1,42
CUSTO MÉDIO (3)	9,06	9,28	9,44
Bônus de Renegociação	5,47	5,08	5,41
Bônus de Captação	10,22	9,98	9,99
Globais	10,59	10,20	10,19
Euros	9,95	9,93	9,93
Demais	6,06	6,06	6,08

(1) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos. Em anos.

(2) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos. Em anos.

(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

O custo médio da dívida mobiliária externa, em dólares, aumentou 0,16 ponto percentual, também em virtude do resgate integral do *C-Bond*, passando de 9,28% a.a. em setembro, para 9,44% a.a., em outubro.

Boxe 4 – Brasil reabre *Global 2015*

O Tesouro Nacional realizou a terceira captação externa para o biênio 2006 – 2007, com a reabertura do bônus da República *Global 2015*. A emissão dos títulos e o recebimento dos recursos ocorreram no dia 17 de novembro. Nessa operação foi emitido US\$ 500 milhões em *Global 2015*, que havia sido realizada originalmente em março de 2005.

O título, que pagará cupom semestral de 7,875% a.a., foi emitido ao preço de 100,702% do seu valor de face, resultando assim, em rentabilidade ao investidor de 7,765% a.a.. O *spread* foi de 312 pontos base acima do título de referência do Tesouro Americano com 10 anos de prazo. Nessa ocasião, a operação foi liderada pelos bancos Citigroup e HSBC.

Destaca-se ainda que a alocação final da emissão foi bastante pulverizada, com investidores de várias regiões e ofertas de compra diversificadas, favorecendo uma boa performance no mercado secundário.

Finalmente, o risco Brasil medido pelo EMBI se mostrou, na data da emissão, 10 pontos abaixo do observado na data da captação original (janeiro de 2005), reforçando a trajetória descendente iniciada em 2004 e ressaltando os bons resultados da emissão.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Outubro 2004/2005

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Outubro 2004/2005

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Out/2004	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2005
I. RECEITA TOTAL	35.786,2	33.422,9	47.480,6	41.420,7	35.265,7	38.278,2	42.799,8	36.936,6	40.441,6	40.193,2	39.248,5	36.722,7	41.442,6
I.1. Receitas do Tesouro	27.915,3	25.605,3	34.029,2	33.308,5	27.740,3	29.875,2	34.091,1	28.638,9	31.692,4	31.604,4	30.212,9	27.864,4	32.630,2
I.1.1 Receita Bruta	29.860,4	26.775,2	34.600,8	33.672,5	28.177,4	30.605,9	34.615,1	29.369,7	33.419,6	33.960,3	31.298,3	30.268,1	34.346,8
- Impostos	11.953,6	10.300,5	15.837,6	13.664,9	10.986,8	13.128,7	14.643,1	12.178,2	15.977,8	12.899,3	13.097,6	12.424,5	13.925,0
- Contribuições	14.173,2	13.363,2	15.028,6	15.897,5	13.638,2	14.080,8	14.976,9	14.028,6	14.810,5	16.309,9	15.010,9	15.206,0	15.731,2
- Demais (1)	3.733,6	3.111,5	3.734,7	4.110,1	3.552,5	3.396,4	4.995,1	3.162,8	2.631,3	4.751,1	3.189,9	2.637,6	4.690,6
I.1.2. (-) Restituições	-1.945,2	-1.169,8	-571,6	-364,0	-437,0	-730,7	-524,0	-730,8	-1.727,2	-2.356,0	-1.085,4	-2.403,6	-1.716,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.758,7	7.680,8	13.318,7	8.047,0	7.371,0	8.236,1	8.598,3	8.187,8	8.589,1	8.474,5	8.952,4	8.748,2	8.699,0
I.3. Receitas do Banco Central	112,2	136,8	132,7	65,2	154,4	166,9	110,4	109,9	160,1	114,3	83,3	110,1	113,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.704,0	6.220,5	6.342,8	7.396,1	6.699,0	6.209,7	6.557,4	7.996,6	6.648,0	6.463,2	6.751,1	5.401,6	6.330,7
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.156,0	4.141,5	5.069,4	5.685,6	4.972,1	4.775,9	5.198,0	5.835,6	5.625,7	4.652,7	4.822,5	4.058,9	4.685,1
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (2)	358,3	358,3	354,1	358,3	361,5	359,3	353,2	359,5	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4
II.3. Transferências da Cide	434,5	0,0	0,0	465,5	0,0	0,0	430,1	0,0	0,0	453,5	0,0	0,0	452,5
II.4. Demais	755,1	1.720,6	919,3	886,7	1.365,4	1.074,5	576,0	1.801,5	664,9	1.012,0	1.563,4	978,8	842,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	30.082,3	27.202,4	41.137,8	34.024,6	28.566,7	32.068,5	36.242,4	28.939,9	33.793,6	33.730,0	32.497,5	31.321,0	35.111,9
IV. DESPESA TOTAL	25.297,5	25.446,3	43.900,0	25.647,1	26.142,0	25.191,8	23.231,9	25.949,8	27.607,4	28.621,0	28.366,2	28.197,0	28.970,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	6.624,7	7.453,6	10.335,0	8.169,5	7.374,0	6.497,6	6.255,5	6.430,8	7.220,3	8.315,0	6.724,3	6.725,3	6.406,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	10.314,1	10.141,8	19.922,2	10.497,6	11.169,3	10.573,3	10.611,6	10.530,9	11.735,9	11.561,3	11.560,7	11.461,3	11.836,4
IV.3. Custeio e Capital	8.162,8	7.633,7	13.298,1	6.888,8	7.377,6	7.881,3	6.197,2	8.807,6	8.479,9	8.567,3	9.758,7	9.836,7	10.532,5
IV.3.1. Despesa do FAT	979,7	608,7	1.098,3	615,1	500,8	858,4	671,5	862,2	860,6	1.309,3	1.737,4	1.272,7	1.081,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	282,4	417,0	2.028,1	112,8	1.357,6	875,9	18,3	424,4	347,7	525,5	349,6	1.001,1	1.642,6
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	679,8	686,5	661,9	617,5	692,1	702,6	703,8	712,2	819,6	821,7	826,6	830,3	837,5
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.220,9	5.921,6	9.509,9	5.543,3	4.827,0	5.444,4	4.803,7	6.808,9	6.452,1	5.910,8	6.845,1	6.732,5	6.971,4
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	63,7	54,6	72,7	8,6	105,6	51,0	51,7	53,7	50,3	49,3	22,7	53,7	55,9
IV.5. Despesas do Banco Central	132,3	162,6	271,9	82,5	115,5	188,6	115,8	126,7	121,0	128,1	299,8	120,0	139,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	4.784,7	1.756,1	-2.762,2	8.377,5	2.424,7	6.876,7	13.010,6	2.990,2	6.186,2	5.109,0	4.131,3	3.124,1	6.141,1
V.1. Tesouro Nacional	7.360,2	4.243,0	3.980,6	10.845,4	6.184,1	9.235,6	15.029,4	5.350,1	9.293,9	8.209,6	6.956,1	5.847,1	9.304,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.555,3	-2.461,1	-6.603,5	-2.450,6	-3.798,3	-2.337,1	-2.013,3	-2.343,1	-3.146,8	-3.086,8	-2.608,3	-2.713,1	-3.137,4
V.3. Banco Central (6)	-20,1	-25,8	-139,3	-17,3	38,9	-21,7	-5,5	-16,8	39,1	-13,8	-216,5	-9,9	-25,8
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	0,0	0,0	0,0	128,6	167,4	200,0	164,2	331,7	168,2	331,2	435,0	209,0	154,0
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	730,4	720,8	-347,3	0,9	-464,8	128,2	1.133,1	-1.118,1	-294,4	174,6	-57,8	-403,3	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	5.515,1	2.476,9	-3.109,5	8.507,0	2.127,3	7.205,0	14.307,9	2.203,8	6.060,0	5.614,8	4.508,5	2.929,8	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-8.657,4	-5.153,0	-5.535,7	-9.357,9	-7.851,2	-10.971,7	-7.014,5	-9.468,5	-13.248,6	-11.733,1	-12.024,2	-13.282,7	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-3.142,3	-2.676,1	-8.645,2	-850,9	-5.724,0	-3.766,7	7.293,3	-7.264,7	-7.188,6	-6.118,3	-7.515,8	-10.353,0	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	494,9	653,3	673,8	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RMV (4)	147,3	145,9	86,4	143,6	140,9	143,0	140,2	139,6	159,0	157,8	156,8	155,4	154,0

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) A partir de janeiro de 2004, as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Out/2004	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2005
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	35.171,2	38.351,0	54.023,2	33.353,5	38.220,6	40.242,6	38.808,9	41.524,8	41.811,0	38.322,5	41.315,0	38.691,3	38.160,8
I.1 - Recolhimento Bruto	24.791,7	28.640,0	37.104,5	22.199,2	28.163,5	29.484,9	27.731,4	30.823,6	30.828,8	28.092,0	29.680,8	27.513,9	27.085,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.502,6	1.038,9	1.969,7	1.550,7	1.262,8	1.543,5	1.248,4	1.463,7	1.469,9	930,0	1.642,1	1.527,7	1.485,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	121,8	114,1	385,2	334,2	348,4	185,0	332,2	219,2	259,3	207,8	221,8	164,4	188,1
I.5 - Receita do Salário Educação	189,0	196,5	357,4	217,3	443,8	268,8	243,5	213,2	176,9	317,4	322,4	356,9	297,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	8.558,0	8.329,5	14.194,6	9.031,6	7.998,8	8.756,8	9.242,8	8.768,7	9.056,3	8.724,6	9.374,9	9.078,4	9.101,6
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	8,0	32,0	11,8	20,5	3,2	3,5	10,6	36,4	19,8	50,6	73,0	50,0	3,2
II. DESPESAS	36.897,3	44.256,0	43.653,7	35.955,4	39.422,4	34.363,4	37.568,3	40.194,1	40.691,3	45.134,5	39.057,9	42.642,9	42.454,5
II.1 - Liberações Vinculadas	7.072,5	7.354,3	7.239,3	8.897,6	8.671,2	7.130,7	8.132,8	9.551,4	8.186,5	7.766,1	8.274,0	6.647,5	7.730,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.425,9	4.410,5	5.401,4	6.058,9	5.298,9	5.089,3	5.538,3	6.219,7	5.997,9	4.958,3	5.136,9	4.321,5	4.989,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	932,0	1.242,6	501,2	808,2	1.149,7	373,4	815,0	1.212,8	422,2	928,5	1.277,4	450,5	1.007,6
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	358,3	358,3	354,1	396,1	361,5	359,3	353,2	712,7	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4
II.1.4 - Outras Vinculações	1.356,3	1.342,9	982,6	1.634,3	1.861,0	1.308,7	1.426,2	1.406,2	1.409,1	1.534,3	1.494,5	1.511,6	1.383,4
II.2 - Liberações Ordinárias	29.824,8	36.901,6	36.414,3	27.057,8	30.751,2	27.232,7	29.435,6	30.642,7	32.504,7	37.368,4	30.783,9	35.995,4	34.723,8
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.931,3	10.240,1	9.342,6	8.593,7	7.889,3	7.440,3	7.245,4	7.733,7	9.492,7	7.442,4	7.562,3	7.389,7	7.806,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	3.498,5	1.859,1	1.138,0	1.664,7	1.665,0	825,9	2.353,5	1.651,1	1.467,6	4.782,0	1.648,4	3.421,9	887,0
i) Dívida Contratual Interna	229,0	90,6	424,1	102,7	114,2	108,8	115,7	105,1	139,5	69,0	110,2	112,6	332,8
ii) Dívida Contratual Externa	3.269,5	1.768,5	714,0	1.562,0	1.550,8	717,1	2.237,8	1.546,1	1.328,0	4.713,0	1.538,2	3.309,3	554,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.769,4	4.307,9	1.320,6	2.705,0	4.096,4	2.404,7	3.904,1	3.737,2	3.366,6	6.747,4	2.836,5	5.519,3	6.494,3
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	9.930,1	13.775,2	15.762,4	10.359,5	10.862,7	10.014,8	10.391,3	10.696,1	11.261,0	11.187,2	11.273,4	11.419,1	11.667,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	5.341,0	5.610,1	8.142,4	3.616,7	5.716,0	6.292,5	5.356,7	6.286,8	6.474,1	6.698,4	7.208,0	7.800,1	7.708,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	354,5	1.109,2	708,2	118,3	521,8	254,6	184,5	537,8	442,7	511,0	255,2	445,2	160,2
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-1.726,2	-5.904,9	10.369,5	-2.601,9	-1.201,8	5.879,1	1.240,6	1.330,7	1.119,7	-6.812,0	2.257,1	-3.951,6	-4.293,7
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	38.778,5	33.080,7	33.862,7	38.587,7	31.388,4	34.785,2	35.307,3	32.459,8	28.540,2	45.796,9	27.870,1	39.005,8	35.339,3
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	37.856,4	31.249,0	32.432,0	37.326,9	30.142,2	34.008,6	34.221,5	31.358,4	27.569,7	45.182,0	26.852,7	38.444,5	34.727,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	922,1	1.831,7	1.430,7	1.260,8	1.246,2	776,6	1.085,9	1.101,4	970,5	614,9	1.017,5	561,3	611,7
V. DESPESAS	36.764,6	28.017,8	21.253,6	37.336,1	22.331,2	17.498,7	37.574,6	24.176,3	25.778,7	41.200,8	30.959,9	30.072,0	31.313,0
V.1 - Amortização da Dívida Interna	32.328,6	25.183,8	20.456,9	35.771,7	22.139,6	17.091,6	36.313,3	21.986,1	19.285,0	39.351,3	27.510,6	26.393,2	31.178,3
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	31.978,5	25.100,7	20.099,8	35.680,0	22.038,9	16.988,4	36.205,6	21.876,2	19.159,2	39.253,1	27.393,3	26.281,6	30.930,9
V.1.2 - Dívida Contratual	350,1	83,1	357,1	91,7	100,7	103,1	107,7	110,0	125,7	98,1	117,3	111,6	247,5
V.2 - Amortização da Dívida Externa	4.436,0	2.834,0	796,7	1.564,4	191,6	407,2	1.261,4	2.190,1	6.493,7	1.849,5	3.449,4	3.678,9	134,6
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	5.877,9	6.148,3	12.332,2	1.646,9	8.103,3	17.020,2	-1.984,1	9.482,2	8.410,5	5.928,9	-540,6	12.163,0	3.796,8
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4	-2.999,2
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	962,7	-2.583,6	23.539,6	-2.368,9	7.205,9	27.074,4	-2.075,2	13.321,6	5.902,1	-4.877,6	-1.709,5	8.750,7	-3.266,5

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Out/2004	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2005
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	28.569,3	13.770,4	4.570,3	38.081,4	4.430,6	17.308,8	36.872,5	7.407,4	3.120,9	27.436,6	15.723,2	11.268,4	28.818,7
I.1. Emissão de Títulos	27.034,7	12.775,3	3.399,6	35.965,9	3.499,7	13.602,9	36.057,5	5.635,9	754,0	24.823,0	12.123,3	9.397,4	26.309,3
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.364,0	880,3	1.116,5	1.984,3	895,3	3.627,0	768,6	1.644,3	2.206,9	2.455,5	3.420,9	1.795,9	2.433,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	170,7	114,8	54,2	131,2	35,6	78,9	46,4	127,2	160,0	158,1	178,9	75,2	75,9
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	27.894,3	15.511,9	4.009,5	39.100,0	5.080,1	13.400,0	37.921,0	3.700,0	1.100,0	30.098,3	16.600,0	7.500,0	31.818,0
II.1. Resgate de Títulos	25.093,9	13.350,0	2.789,5	36.150,0	3.523,9	11.800,0	36.400,0	3.200,0	0,0	27.000,0	15.124,9	6.500,0	28.234,2
II.2. Encargos da DPMF	2.800,4	2.161,9	1.220,0	2.950,0	1.556,1	1.600,0	1.521,0	500,0	1.100,0	3.098,3	1.475,1	1.000,0	3.583,7
III. RESULTADO (I - II)	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4	-2.999,2

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Out/2004	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2005
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	11,2	10,3	8,1	1,3	32,1	19,4	2,2	35,0	19,4	20,9	1,5	1,5	1,2
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,7	21,7	0,0	26,3	0,8	0,1	0,2	0,2	177,9	57,3	0,1	0,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	13,5	115,1	156,9	80,0	101,0	125,1	29,6	48,4	-2,5	29,0	-49,8	75,6	215,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	1,2	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,4	1,0	1,1	1,2	1,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	13,3	112,7	146,6	78,0	90,3	115,1	19,6	18,1	-42,9	7,5	-50,8	44,0	214,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	1,2	10,2	2,0	10,3	10,0	10,0	30,0	40,1	20,5	0,0	30,5	0,0
IV. PRONAF	30,6	89,5	280,3	-3,5	47,7	17,5	5,8	35,4	9,5	156,5	61,1	251,9	-14,6
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	25,9	28,7	254,5	6,8	38,4	18,6	3,0	34,8	16,8	134,1	66,6	263,9	-4,1
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	4,7	60,8	25,8	-10,4	9,4	-1,1	2,8	0,5	-7,3	22,4	-5,5	-11,9	-10,5
V. PROEX	36,2	45,1	132,6	-81,2	225,0	31,6	-82,4	72,3	136,9	33,0	25,6	55,5	48,8
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	15,4	13,1	160,4	0,0	187,5	16,9	8,7	54,5	28,3	55,5	34,0	24,1	28,8
V.2. Concessão de Financiamento (1)	20,8	32,0	-27,9	-81,2	37,5	14,7	-91,1	17,7	108,6	-22,5	-8,4	31,4	20,0
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	0,0	0,0	99,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	278,9	12,0	28,1	404,4	92,4
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	17,2	22,6	68,8	3,9	2,5	26,9	20,1	90,7
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	129,2	3,5	1.109,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	884,4
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	57,1	62,4	68,5	7,4	9,5	3,1	10,7	6,7	11,3	9,5	97,3	62,3	107,9
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-42,4	-35,8	-40,4	-53,7	219,5	-41,0	-54,9	83,7	-38,3	-53,8	-39,9	-41,0	-53,6
XII. TOTAL	235,4	290,8	1.836,2	-49,7	665,1	173,7	-66,2	350,4	419,4	387,5	208,2	830,6	1.372,9

(*) Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Out/2004	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2005
I. DÍVIDA INTERNA	174.539,9	182.625,1	210.381,3	213.138,9	233.432,7	256.948,8	251.153,5	275.020,5	293.179,4	299.186,9	304.269,1	321.309,1	321.953,3
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7
Dívida Bancária	25.402,9	25.370,6	25.090,2	25.069,9	25.046,7	24.997,9	24.974,6	24.961,4	24.925,3	24.922,5	24.911,2	24.900,7	24.874,5
INSS	-16.892,0	-16.981,5	-17.120,8	-17.209,8	-17.266,6	-17.335,7	-17.507,3	-17.545,0	-17.501,1	-17.422,4	-17.352,7	-17.215,6	-17.193,2
Lei 7.976/89	-8.565,3	-8.191,1	-7.731,7	-7.547,2	-7.438,6	-7.590,9	-7.266,2	-6.895,6	-6.382,3	-6.464,3	-6.392,9	-5.993,5	-6.090,8
Bônus Renegociação	-17.650,3	-16.887,6	-16.223,1	-15.981,5	-15.777,1	-16.144,4	-14.880,7	-14.085,5	-13.553,0	-13.741,6	-13.576,1	-12.732,2	-12.391,3
Lei 8.727/93	-48.040,4	-48.041,9	-48.043,8	-48.064,9	-48.070,3	-48.000,8	-48.044,1	-48.085,7	-48.038,9	-48.010,5	-47.963,5	-47.901,2	-47.816,7
Lei 9.496/97	-237.968,3	-239.836,1	-242.218,8	-242.599,7	-243.887,9	-245.134,6	-248.071,4	-249.796,6	-249.685,8	-249.455,1	-248.730,6	-247.429,4	-247.733,0
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-35.245,0	-35.496,7	-36.180,0	-36.336,7	-36.533,4	-36.779,7	-37.330,0	-37.529,3	-37.556,2	-37.661,9	-37.627,0	-37.484,6	-37.533,2
Recebíveis das Estatais	-37.036,3	-37.014,0	-37.213,7	-37.632,4	-37.739,7	-38.396,6	-36.918,5	-36.957,6	-36.972,9	-36.486,5	-36.535,0	-36.289,8	-37.245,0
Outros	-44.429,6	-44.586,7	-45.384,5	-45.512,3	-45.101,7	-45.244,4	-45.462,6	-44.917,3	-44.624,5	-44.350,0	-44.017,0	-43.475,0	-43.433,1
Fat	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4
Demais Entidades	-45.778,9	-46.300,3	-47.167,1	-46.937,6	-47.524,0	-47.875,9	-48.774,7	-43.318,3	-43.972,2	-44.331,8	-44.894,3	-45.381,3	-45.792,4
Créditos das Operações Oficiais	-13.215,4	-13.920,6	-13.714,6	-13.462,4	-13.454,6	-13.703,8	-13.219,4	-13.152,8	-13.136,0	-13.276,2	-13.908,0	-13.412,0	-13.458,8
Arrecadação a Recolher	-8.292,0	-6.088,0	-176,0	-10.523,0	-7.055,0	-6.059,0	-10.344,3	-6.428,3	-6.488,0	-8.863,0	-7.375,0	-7.055,4	-11.020,9
II. DÍVIDA EXTERNA	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3	166.337,1
Dívida Mobiliária	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7
Títulos Depositados em Garantias	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6
Dívida Contratual	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.950,9
Disponibilidades	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	387.371,2	388.050,5	410.273,6	408.267,5	431.734,1	462.091,7	443.335,6	456.763,9	471.145,0	473.188,7	477.784,7	489.372,4	488.290,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,5%	22,3%	23,2%	22,9%	24,0%	25,5%	24,3%	24,8%	25,4%	25,3%	25,4%	25,8%	25,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/2004	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2005
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	41.278,6	39.460,7	38.358,1	37.930,3	37.499,7	38.487,3	34.186,4	32.464,4	31.743,2	32.119,3	21.098,8	19.801,3	16.222,4
Brazil Investment Bond (BIB)	796,2	761,1	666,3	731,6	723,3	701,8	666,3	632,8	618,7	629,3	622,2	550,6	558,5
Par Bond (PB)	4.382,3	4.189,3	4.072,2	4.026,8	3.981,1	4.090,3	3.883,4	3.687,8	3.605,8	3.559,6	3.518,4	3.307,8	3.355,6
Discount Bond (DB)	3.743,0	3.578,2	3.478,2	3.439,4	3.400,4	3.493,7	3.316,9	3.149,8	3.079,8	3.074,6	3.039,6	2.857,6	2.898,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.200,6	1.147,7	1.115,6	1.103,2	1.090,6	1.120,6	945,7	898,0	878,1	893,1	883,1	830,2	736,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	16.901,3	16.156,9	15.705,5	15.530,4	15.354,0	15.775,3	14.188,9	13.474,2	13.174,8	13.399,6	2.590,8	2.435,7	-
Debt Conversion Bond (DCB)	9.463,4	9.046,6	8.793,8	8.695,8	8.597,0	8.832,9	7.827,0	7.432,7	7.267,6	7.391,6	7.308,7	6.871,2	6.472,6
New Money Bond (NMB)	2.677,9	2.560,0	2.488,4	2.460,7	2.432,8	2.499,5	2.109,4	2.003,1	1.958,6	1.992,1	1.969,7	1.851,8	1.643,8
Eligible Interest (EI)	2.114,0	2.020,9	1.964,5	1.942,6	1.920,5	1.973,2	1.248,9	1.186,0	1.159,6	1.179,4	1.166,2	1.096,4	556,1
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	127.819,6	123.481,5	122.011,2	119.477,6	123.460,9	128.839,8	122.235,2	116.080,1	115.629,7	110.612,1	121.386,6	119.214,7	120.767,2
A-Bond	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.656,9	10.163,7
Euro 2005	4.501,9	4.499,1	4.480,9	4.240,1	4.259,2	4.283,9	4.039,8	3.667,0	3.523,2	-	-	-	-
Euro 2006	2.501,9	2.500,3	2.490,2	2.356,4	2.367,0	2.380,7	2.245,1	2.037,9	1.958,0	1.995,0	2.005,5	1.838,2	1.859,0
Euro 2007	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5
Euro 2009	1.818,2	1.817,1	1.809,7	1.712,5	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.448,8	1.422,9	1.335,9	1.351,0
Euro 2010	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5
Euro 2011	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0
Euro 2012	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0
Euro 2015	-	-	-	-	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.448,8	1.422,9	1.335,9	1.351,0
Eurolibra 2007	788,6	784,0	768,9	742,0	749,0	756,8	725,5	655,9	631,2	630,4	639,3	587,8	598,2
Euroaira 2017	1.408,5	1.407,6	1.401,9	1.326,6	1.332,5	1.340,3	1.263,9	1.147,3	1.102,3	821,7	1.129,0	1.034,8	1.046,6
Global 2005	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	-	-	-	-
Global 2006	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	3.525,6	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5
Global 2007	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8
Global 2008	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8
Global 2009	7.855,4	7.509,4	7.299,6	7.218,2	7.136,3	7.332,1	6.961,1	6.610,5	6.463,6	6.573,9	6.500,2	6.111,1	6.199,3
Global 2010	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8
Global 2011	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9
Global 2012	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9
Global 2013	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9
Global 2014	2.142,4	2.048,0	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9
Global 2015	-	-	-	-	-	2.666,2	2.531,3	2.403,8	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9
Global 2019	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3
Global 2020	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3
Global 2024	8.497,2	8.123,0	7.896,0	7.808,0	7.719,4	7.931,2	7.529,9	7.150,6	6.991,7	7.111,0	7.031,3	6.610,4	6.705,9
Global 2025	-	-	-	-	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	5.000,0	5.072,2
Global 2027	9.997,8	9.557,5	9.290,4	9.186,8	9.082,5	9.331,7	8.859,6	8.413,3	8.226,4	8.366,8	8.273,0	7.777,7	7.890,1
Global 2030	4.570,4	4.369,1	4.247,0	4.199,7	4.152,0	4.265,9	4.050,1	3.846,1	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9
Global 2034	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	4.700,8	4.781,0	4.727,4	4.444,4	4.508,6
Global 2040	14.731,9	14.083,1	13.689,6	13.536,9	13.383,2	13.750,4	13.054,7	12.397,1	12.121,7	12.328,6	12.190,3	11.462,6	11.626,1
Global BRL 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.400,0	3.400,0
Marco Alemão 2007	1.859,3	1.858,1	1.850,6	1.751,2	1.759,0	1.769,2	1.668,4	1.514,5	1.455,1	1.084,7	1.490,4	1.366,0	1.381,5
Marco Alemão 2008	1.394,5	1.393,6	1.388,0	1.313,4	1.319,3	1.326,9	1.251,3	1.135,8	1.091,3	813,5	1.117,8	1.024,5	1.036,1
Samurai 2006	1.607,1	1.588,8	1.553,0	1.517,0	1.486,6	1.489,6	1.447,2	1.326,2	1.271,5	1.275,5	1.281,0	1.174,3	1.162,0
Samurai 2007	2.142,6	2.118,4	2.070,7	2.022,7	1.982,2	1.986,1	1.929,7	1.768,2	1.695,4	1.700,7	1.708,0	1.565,7	1.549,3
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6
III. DÍVIDA CONTRATUAL	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.950,9
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9
V. TOTAL (I+II+III+IV)	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3	166.337,1
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	12,4%	11,8%	11,3%	10,9%	11,0%	11,3%	10,5%	9,9%	9,6%	9,3%	9,2%	8,9%	8,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Out/2004	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2005
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.066.393,2	1.074.803,4	1.102.253,5	1.116.862,3	1.130.190,1	1.159.027,9	1.160.228,9	1.179.927,0	1.200.961,5	1.211.797,7	1.216.689,7	1.233.347,3	1.240.924,8
I. Dívida em Mercado	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7
Dívida Securitizada	19.095,8	18.899,9	25.448,5	25.359,7	25.390,9	25.278,3	24.905,3	25.026,4	24.871,0	23.551,2	23.664,6	23.535,8	20.307,2
TDA	2.519,7	2.483,6	2.410,8	2.581,9	2.650,3	2.647,1	2.766,4	2.880,7	3.043,0	3.044,6	3.060,2	3.220,6	3.297,4
LTN	133.507,8	144.909,2	159.841,6	151.278,6	169.563,8	183.444,7	172.039,5	190.553,0	201.758,7	198.276,4	212.425,7	232.414,2	220.973,3
LFT	443.118,8	442.979,0	448.719,6	477.176,7	478.954,6	489.467,6	502.752,1	499.447,9	503.367,9	516.363,8	505.969,8	498.798,1	516.796,6
LFT-A	3.746,5	3.759,9	3.781,8	3.799,7	3.811,3	3.834,0	3.852,2	3.873,6	3.897,9	3.919,2	3.945,9	3.966,3	3.982,7
LFT-B	5.385,9	5.332,3	5.326,6	5.328,4	5.332,2	5.312,7	4.965,1	4.723,5	4.651,0	4.279,7	3.901,0	3.497,9	3.188,3
NTN-A	12.651,4	12.122,1	11.812,6	11.709,2	11.603,5	11.904,2	11.164,4	10.630,9	10.422,8	10.627,3	10.536,9	9.902,2	9.901,9
NTN-B	26.194,6	25.786,8	26.306,3	26.826,0	26.715,2	26.987,4	27.476,6	27.352,9	30.693,1	37.333,0	37.906,5	39.579,5	42.426,4
NTN-C	76.422,8	77.962,6	78.740,7	78.061,3	79.010,0	80.281,9	80.962,7	81.536,2	80.610,1	75.478,4	75.405,4	75.198,5	75.261,8
NTN-D	17.128,0	14.881,0	11.772,9	7.936,3	6.177,3	6.179,1	5.903,6	5.671,6	5.607,0	5.676,0	5.652,9	5.807,8	4.912,0
NTN-F	1.604,5	1.982,1	2.830,9	3.382,1	4.312,6	4.798,4	5.212,6	5.543,3	6.123,8	6.823,1	7.360,6	7.942,0	8.631,8
NTN-I	1.557,8	1.484,6	1.563,6	1.529,5	1.663,4	1.686,1	1.594,8	1.551,0	1.531,8	1.576,4	1.573,4	1.507,6	1.516,5
NTN-P	2.798,0	2.814,9	2.835,9	2.855,2	2.872,0	2.893,5	2.913,5	2.935,4	2.958,4	2.980,6	3.005,3	3.027,7	3.049,0
CFT-A	11.965,2	11.931,0	11.477,7	11.195,3	11.067,6	11.042,2	11.008,6	10.908,4	10.757,6	10.601,3	10.426,2	10.271,2	10.191,5
CFT-D	2.724,3	2.595,7	2.515,0	2.478,7	2.442,0	2.500,9	2.366,2	2.239,4	2.182,0	2.211,6	2.179,1	2.041,4	2.063,5
Demais	3.793,0	3.820,7	3.833,2	3.950,5	3.861,8	3.858,0	3.865,2	3.876,0	3.872,2	3.882,8	3.866,5	3.885,6	3.855,8
II. Dívida com BACEN	302.179,0	301.058,0	303.035,9	301.413,3	294.761,5	296.911,8	296.480,0	301.176,9	304.613,1	305.172,3	305.809,8	308.750,8	310.569,1
LTN	102.506,1	114.477,1	126.149,3	111.193,3	107.432,2	119.486,5	118.773,6	126.093,3	128.537,9	126.068,8	140.065,1	151.485,2	142.971,0
LFT	133.999,4	123.646,1	116.051,2	135.136,4	132.964,6	125.181,3	126.974,2	128.909,9	130.980,7	132.988,3	120.253,6	117.194,4	123.787,2
NTN-D	51.607,8	49.032,0	47.070,4	41.593,3	40.948,5	39.025,3	37.364,6	32.695,8	31.596,1	32.189,8	31.670,4	26.134,4	27.877,0
Demais	14.065,8	13.902,9	13.765,0	13.490,3	13.416,2	13.218,7	13.367,6	13.477,9	13.498,4	13.925,4	13.820,8	13.936,8	15.933,8
Dívida em Mercado/PIB	44,4%	44,4%	45,2%	45,7%	46,5%	47,7%	47,3%	47,8%	48,3%	48,5%	48,3%	48,7%	48,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Out/2004	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2005
I. INTERNA	-147.742,6	-149.446,6	-149.919,4	-152.510,2	-154.717,5	-155.775,3	-158.525,6	-153.297,4	-154.155,6	-156.629,5	-158.044,2	-159.199,3	-159.360,8
Dívida contratual	429,7	414,2	380,2	373,9	370,4	377,8	346,5	327,4	296,9	301,7	298,9	279,3	269,9
FAT	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4
Aplicações financeiras	-3.873,3	-3.875,0	-3.658,6	-3.666,1	-3.805,1	-3.860,9	-3.891,1	-4.016,3	-3.989,8	-3.984,4	-4.055,6	-4.137,4	-4.276,0
Fundos Regionais	-28.870,3	-29.237,8	-29.605,6	-29.967,5	-30.424,2	-30.953,3	-31.450,1	-25.647,0	-26.290,4	-26.662,6	-27.043,2	-27.280,4	-27.592,5
Demais	-13.465,0	-13.601,7	-14.283,1	-13.677,9	-13.665,1	-13.439,6	-13.780,1	-13.982,3	-13.988,9	-13.986,5	-14.094,4	-14.242,8	-14.193,8
II. EXTERNA	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9
Disponibilidades	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-148.201,1	-149.862,6	-150.296,4	-152.952,2	-155.178,4	-156.218,8	-158.868,6	-153.616,0	-154.485,1	-156.970,2	-158.384,9	-159.528,9	-159.709,7
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,4%	-8,3%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,3%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ OUTUBRO 2004/2005 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	608.006,7	527.536,0	421.516,6	335.271,9	328.763,4	31.473,7	1.014.131,9	813.976,0	562.063,6	374.530,3	372.283,5	33.777,1
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.350,0	2.493,0	2.222,5	1.915,7	1.912,4	1,0	2.300,1	2.300,0	1.778,2	1.377,9	1.373,5	14,4
Advocacia-Geral da União	93.366,8	66.232,0	61.761,1	44.689,2	44.586,9	3.682,0	89.808,2	72.800,0	68.394,7	49.679,1	49.426,4	5.104,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	647.073,7	613.531,0	488.483,4	412.474,0	390.073,0	56.570,9	811.858,7	648.962,0	514.801,9	414.548,5	396.200,9	77.410,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.890.029,4	1.878.889,0	1.310.361,7	1.062.905,1	1.005.828,0	265.547,4	2.535.310,3	2.586.385,0	1.774.236,4	1.416.547,9	1.152.955,5	292.689,4
Ministério da Fazenda	1.514.360,3	1.558.286,0	1.268.618,4	1.080.730,2	1.076.782,1	49.837,2	1.881.219,6	1.604.403,0	1.476.658,8	1.289.141,3	1.283.506,3	51.121,1
Ministério da Educação	6.140.779,1	5.781.128,0	4.894.574,8	3.404.011,3	3.365.051,1	761.723,7	7.085.204,1	6.461.212,0	5.361.801,6	4.028.246,2	3.828.638,6	831.316,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	428.562,6	403.294,0	304.504,5	230.150,0	229.711,9	18.261,1	485.323,2	415.937,0	361.283,3	309.293,1	308.986,4	19.035,1
Ministério da Justiça	776.653,7	742.152,0	577.895,4	454.669,6	451.665,1	99.306,5	1.055.734,4	967.737,0	639.731,1	522.765,4	519.310,9	99.461,6
Ministério de Minas e Energia	462.591,1	340.175,0	261.983,2	191.268,8	190.458,1	37.610,8	672.501,2	362.930,0	294.605,9	221.868,5	220.606,7	19.128,5
Ministério da Previdência Social	1.358.628,1	1.216.594,0	980.292,0	842.369,7	785.456,6	138.572,3	1.335.373,9	1.062.824,0	977.628,7	851.502,2	807.215,7	194.091,9
Ministério das Relações Exteriores	790.413,2	897.492,0	591.598,6	516.348,2	515.085,6	25.059,9	1.128.162,5	859.298,0	649.642,6	612.125,9	611.227,9	81.129,7
Ministério da Saúde	27.324.726,2	27.218.569,0	24.171.218,2	21.133.248,4	21.064.204,2	1.290.256,6	31.271.752,1	29.938.000,0	27.374.433,1	24.011.151,9	23.914.015,1	1.404.967,5
Ministério do Trabalho e Emprego	792.303,7	590.688,0	501.799,8	348.925,3	347.685,5	8.770,5	788.798,6	628.037,0	527.110,4	381.114,4	373.509,8	42.419,9
Ministério dos Transportes	565.271,3	530.012,0	404.833,3	301.774,5	300.297,8	95.376,9	692.243,4	696.046,0	429.783,7	305.783,1	298.111,3	69.364,7
Ministério das Comunicações	465.877,6	358.100,0	264.878,5	186.010,5	185.966,7	34.607,8	702.868,9	338.255,0	260.079,8	176.546,5	173.361,2	49.028,4
Ministério da Cultura	265.064,3	212.871,0	136.257,6	101.007,4	99.919,7	31.877,4	365.025,1	288.967,0	210.594,8	164.331,9	162.496,3	51.875,3
Ministério do Meio Ambiente	385.212,5	361.408,0	266.272,8	194.996,9	192.655,6	42.859,4	500.060,8	392.952,0	325.969,7	240.302,2	238.659,2	54.320,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	576.828,5	323.413,0	249.895,8	186.234,0	184.207,3	29.060,6	451.457,6	375.282,0	274.553,6	206.689,8	202.438,9	37.977,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	485.879,3	445.966,0	296.675,5	189.713,5	184.694,5	43.120,8	702.437,8	554.500,0	408.081,0	282.958,0	278.672,9	88.862,5
Ministério do Esporte	99.548,7	80.952,0	65.495,7	52.829,3	52.778,6	29.960,6	143.804,9	121.400,0	95.713,2	62.424,7	61.123,4	12.219,0
Ministério da Defesa	3.447.414,2	3.524.894,0	2.857.805,2	2.023.451,2	1.952.886,2	390.614,8	4.158.738,5	3.856.703,0	3.151.899,7	2.421.359,7	2.315.808,4	516.753,7
Ministério da Integração Nacional	288.043,8	228.041,0	133.400,1	99.805,7	90.502,4	26.851,2	310.521,0	240.734,0	175.318,9	104.007,6	100.905,3	36.240,7
Ministério do Turismo	200.776,8	183.837,0	117.359,5	80.325,9	79.766,4	8.548,6	356.012,2	250.879,0	187.355,0	122.930,1	122.648,8	47.992,2
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	5.683.424,4	5.654.398,0	5.048.805,5	4.636.857,2	4.615.149,5	194.960,2	6.111.510,9	6.019.740,0	5.380.663,7	4.993.604,7	4.983.840,7	182.671,8
Ministério das Cidades	268.041,8	264.916,0	216.249,9	162.846,9	157.214,2	24.108,0	407.096,2	380.400,0	305.071,7	185.219,5	179.918,5	25.110,3
Encargos Financeiros da União	-	-	-	-	-	-	162.557,7	162.600,0	119.610,5	68.688,8	63.291,7	-
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	133.755,3	135.917,0	133.442,1	99.718,8	99.718,8	-	1.048.740,6	148.705,0	146.035,1	87.460,7	87.460,7	18.366,6
Operações Oficiais de Crédito	42.593,6	37.596,0	37.591,0	21,9	21,9	-	123.443,6	123.400,0	123.328,2	89.930,1	89.867,0	-
TOTAL	55.737.576,6	54.179.380,0	46.065.792,6	38.374.571,0	37.993.043,5	3.738.619,8	66.393.998,0	60.375.364,0	52.178.228,7	43.996.129,7	43.197.861,4	4.342.451,9

Dados preliminares.

(*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Sifai" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sifai/index_informacoes_sifai.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ OUTUBRO 2004/2005 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	137.202,7	95.831,0	47.090,5	17.388,4	17.325,6	7.662,5	140.289,2	99.024,0	21.685,4	12.874,6	12.113,9	37.772,9
Gabinete da Vice-Presidência da República	150,0	110,0	109,6	109,5	107,4	-	200,0	200,0	3,7	3,7	3,7	0,1
Advocacia-Geral da União	9.410,4	12.843,0	794,2	560,8	551,1	4.102,0	8.221,1	5.700,0	2.613,8	1.427,0	769,3	11.219,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	187.941,7	122.013,0	72.078,2	37.222,6	20.692,1	30.844,9	355.204,6	129.338,0	58.616,6	12.369,6	9.854,2	64.789,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	221.851,3	254.661,0	109.992,2	84.889,2	72.827,2	107.085,7	656.413,6	655.115,0	186.289,2	111.292,2	73.834,1	54.682,1
Ministério da Fazenda (3)	89.371,6	74.918,0	40.171,4	20.807,6	20.405,3	8.330,4	527.463,3	526.342,0	200.214,1	58.843,0	56.700,6	10.366,4
Ministério da Educação	657.958,5	478.292,0	239.547,2	139.010,4	136.149,0	174.516,1	974.728,3	724.588,0	272.245,0	140.148,0	135.481,9	161.718,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	134.156,1	137.099,0	31.798,5	10.548,1	10.411,5	4.660,7	104.957,5	37.163,0	11.743,8	6.541,3	6.541,3	76.206,0
Ministério da Justiça	575.431,6	503.539,0	352.202,9	136.943,1	135.792,7	236.334,1	672.633,1	426.203,0	244.134,1	79.917,8	62.943,1	159.823,3
Ministério de Minas e Energia	68.024,7	46.019,0	14.325,9	8.426,1	8.391,7	3.755,9	39.743,5	18.870,0	6.218,6	5.405,0	5.384,5	7.014,2
Ministério da Previdência Social	44.250,7	34.739,0	15.492,9	4.103,4	3.063,6	37.086,0	194.575,6	151.576,0	66.322,3	4.410,9	2.280,0	21.101,0
Ministério das Relações Exteriores	39.059,0	29.001,0	13.898,9	10.019,2	10.018,8	919,1	69.801,8	65.102,0	17.724,7	15.073,0	15.072,9	1.067,3
Ministério da Saúde	2.536.073,7	1.921.386,0	1.228.578,9	347.428,0	343.222,1	663.862,5	2.690.451,8	2.627.600,0	775.930,1	176.089,6	165.709,5	664.317,9
Ministério do Trabalho e Emprego	36.965,4	25.134,0	12.874,8	8.671,6	8.671,2	2.986,1	29.548,6	22.163,0	15.697,1	10.844,0	10.017,6	5.142,5
Ministério dos Transportes	2.619.359,7	2.168.488,0	1.661.254,3	496.868,4	406.198,1	1.089.363,1	6.297.540,3	4.053.872,0	3.071.409,4	1.335.109,7	1.175.411,7	846.725,6
Ministério das Comunicações	35.740,9	41.900,0	9.480,4	7.219,5	7.219,5	9.001,9	151.300,8	56.145,0	30.149,7	4.974,7	4.974,7	13.830,9
Ministério da Cultura	103.513,1	45.885,0	28.697,5	5.549,1	5.413,9	12.432,2	137.988,4	58.333,0	42.757,8	17.375,6	15.722,3	20.345,4
Ministério do Meio Ambiente	88.431,3	40.478,0	18.618,4	7.539,7	7.495,5	16.380,2	116.281,6	44.948,0	16.462,4	8.350,4	8.287,9	11.787,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	21.505,6	25.758,0	6.935,5	3.084,7	2.952,4	1.414,4	21.238,8	17.668,0	2.855,9	1.830,4	1.807,2	13.309,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.014.493,9	1.086.318,0	698.167,4	615.887,5	581.558,3	102.397,0	1.231.897,4	1.049.400,0	849.327,3	724.662,8	724.282,1	181.223,2
Ministério do Esporte	249.620,3	156.492,0	100.316,4	17.285,7	17.266,3	73.364,6	478.064,7	139.000,0	88.217,9	5.389,4	5.389,2	31.106,3
Ministério da Defesa	1.358.524,2	1.422.400,0	1.126.526,2	496.705,4	488.025,6	251.707,4	1.520.909,3	1.073.126,0	775.444,1	392.093,3	383.868,2	326.491,8
Ministério da Integração Nacional	1.118.588,3	682.726,0	483.963,4	258.228,2	182.330,7	225.650,2	2.294.896,7	887.366,0	614.305,7	213.693,2	123.816,1	203.576,6
Ministério do Turismo	263.205,2	176.458,0	117.089,3	38.255,7	38.255,7	36.856,3	658.307,8	156.713,0	130.786,4	4.476,0	4.473,5	56.001,5
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	196.570,3	150.680,0	101.099,2	43.657,7	43.236,8	19.289,3	171.360,0	181.260,0	68.916,0	42.272,6	42.265,3	22.167,5
Ministério das Cidades	1.106.499,7	968.736,0	621.657,9	216.505,1	212.482,0	209.893,3	2.340.610,8	776.700,0	493.120,2	109.347,0	95.326,9	368.543,5
TOTAL	12.913.899,6	10.701.904,0	7.152.761,8	3.032.914,7	2.780.063,8	3.329.896,0	21.884.628,6	13.983.515,0	8.063.191,0	3.494.814,7	3.142.331,4	3.370.329,9

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

Outubro / 2005

Comentários

Em Outubro de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 15,7%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.792.177,0 (mil), em Outubro de 2005, contra R\$ 3.276.366,1 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2004			2005			Variação Nominal		
	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Out / 2005	Out / 2005	Jan a Out / 2005
							Set / 2005	Out / 2004	Jan a Out / 2004
FPM	1.609.768,8	1.722.711,6	17.485.019,1	1.676.496,1	1.939.531,8	21.044.254,4	15,7 %	12,6 %	20,4 %
FPE	1.536.146,0	1.643.923,4	16.684.063,2	1.599.870,0	1.852.645,2	20.084.165,3	15,8 %	12,7 %	20,4 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Outubro de 2005 foram efetuados nos dias 10, 20 e 28. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Outubro	10,0 %	15,7 %	10,0 %	15,7 %	-4,0 %	8,2 %

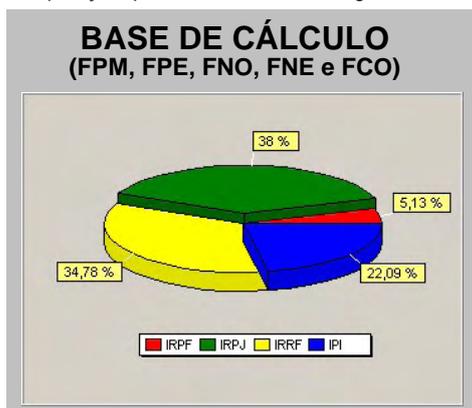
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	nov/out	dez/nov	jan/dez
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	13,0 %	12,0 %	-3,0 %
IPI-EXP	-5,0 %	-14,0 %	19,0 %

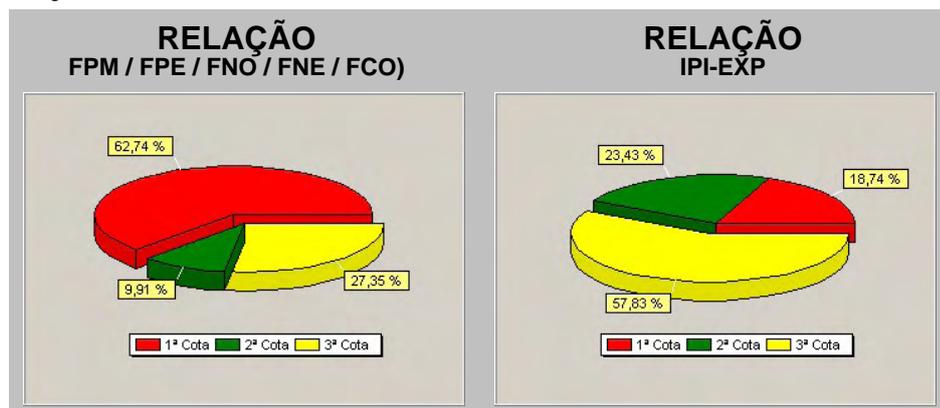
Composição dos Fundos

Em Outubro de 2005 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/09/2005 a 20/10/2005, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Set/3º DEC	419.644,3	5.940.961,2	6.360.605,5	Out/1º DEC	1.162.400,7	1.216.465,8	35.669,8	426.094,6	2.840.630,9
Out/1º DEC	524.550,7	479.950,3	1.004.501	Out/2º DEC	183.572,5	192.110,8	44.586,8	74.165,3	494.435,5
Out/2º DEC	1.294.890,7	1.477.596,2	2.772.486,9	Out/3º DEC	506.672	530.238,1	110.065,7	202.407,5	1.349.383,3
TOTAL	2.239.085,7	7.898.507,7	10.137.593,4	TOTAL	1.852.645,2	1.938.814,7	190.322,3	702.667,4	4.684.449,7
Out/3º DEC	388.122	7.014.022,7	7.402.144,7	Nov/1º DEC	1.352.741,9	1.415.660,2	32.990,4	494.363,4	3.295.755,9

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	10.840,49	63.378,99	19,89	13.139,76
Alagoas	AL	46.168,06	77.071,89	471,76	22.798,78
Amazonas	AM	26.650,19	51.696,21	5.100,92	15.154,34
Amapá	AP	6.817,8	63.212,25	4,02	12.531,71
Bahia	BA	173.216,44	174.078,25	11.491,04	64.894,69
Ceará	CE	101.464,18	135.926,73	2.502	43.026,28
Distrito Federal	DF	4.301,65	12.786,96	53,33	3.369,19
Espírito Santo	ES	34.628,52	27.789,68	8.483,26	14.323,93
Goiás	GO	70.455,41	52.672,56	1.907,9	22.632,39
Maranhão	MA	78.845,9	133.727,64	1.802,62	52.461,73
Minas Gerais	MG	255.020,23	82.526,08	21.627,12	68.867,76
Mato Grosso do Sul	MS	28.837,21	24.677,23	1.217,11	10.183,23
Mato Grosso	MT	36.687,59	42.757,2	1.811,23	15.164,16
Pará	PA	70.580,28	113.233,67	7.142,81	43.075,64
Paraíba	PB	62.682,49	88.721,33	746,65	26.972,26
Pernambuco	PE	96.335,38	127.836,22	1.063,31	40.378,73
Piauí	PI	48.272,01	80.060,21	103,49	23.994,01
Paraná	PR	130.925,7	53.415,47	21.218,71	40.560,34
Rio de Janeiro	RJ	57.272	28.302,86	19.655,5	21.062,69
Rio Grande do Norte	RN	48.167,03	77.401,66	1.286,48	22.540,11
Rondônia	RO	17.651,13	52.163,08	271,62	12.474,07
Roraima	RR	9.469,15	45.958,57	12,39	9.799,8
Rio Grande do Sul	RS	130.800,38	43.626,09	27.365,15	39.846,22
Santa Catarina	SC	75.385,85	23.710,15	16.747,6	21.969,28
Sergipe	SE	28.221,85	76.982,97	128,33	18.694,66
São Paulo	SP	260.089,86	18.526,45	38.064,46	68.256,99
Tocantins	TO	29.745	80.404,8	23,61	19.475,82
TOTAL		1.939.531,77	1.852.645,19	190.322,28	767.648,56

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Dezembro	2004	09/02/2005
Janeiro	2005	16/02/2005
Fevereiro	2005	17/03/2005
Março	2005	19/04/2005
Abril	2005	02/06/2005
Maio	2005	24/06/2005
Junho	2005	29/07/2005
Julho	2005	18/08/2005
Agosto	2005	16/09/2005
Setembro	2005	25/10/2005

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN nº 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Outubro / 2005

Comportamento no Mês

Em Outubro de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.650.458,9 (mil), contra R\$ 2.462.442,7 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 7,6% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 16,4% do FPM.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Setembro	Participação	Outubro	Participação	Out / Set
FPM	293.248,0	11,9 %	341.426,7	12,9 %	16,4 %
FPE	282.330,0	11,5 %	326.937,4	12,3 %	15,8 %
IPI-EXP	31.041,8	1,3 %	33.586,3	1,3 %	8,2 %
LC 87/96	42.390,3	1,7 %	42.447,3	1,6 %	0,1 %
COMPL. UNIÃO	23.214,8	0,9 %	23.250,9	0,9 %	0,2 %
ICMS	1.790.217,8	72,7 %	1.882.810,4	71,0 %	5,2 %
TOTAL	2.462.442,7	100,0 %	2.650.458,9	100,0 %	7,6 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

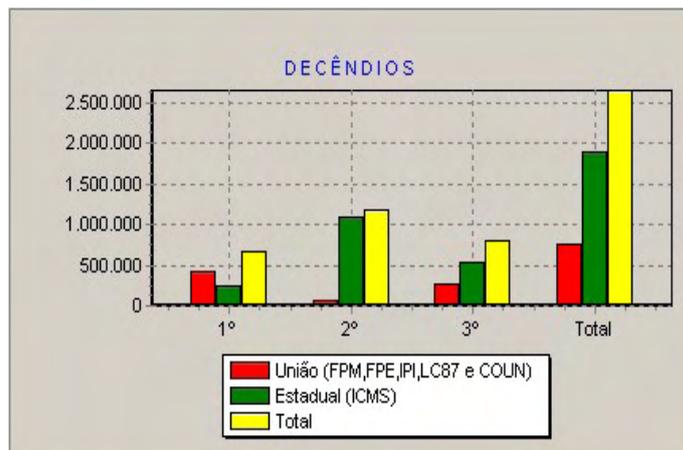
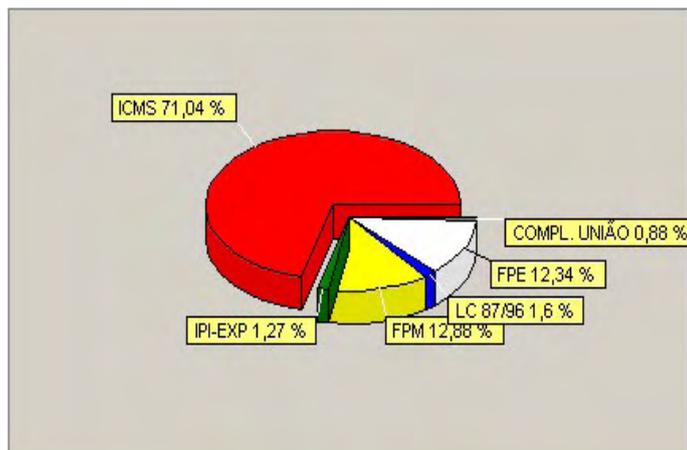
Portaria MF nº 41, de 29/03/2005, publicada no D.O.U. em 31/03/2005, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2005.

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	1.830.630	610.210	610.210	610.210	1.830.630	610.210	610.210	610.210	610.210	2.440.840
Maranhão	0	0	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	13.917.165	55.668.660
Pará	0	0	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	7.522.815	30.091.260
Piauí	0	0	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	1.200.695	4.802.780
TOTAL			69.752.655	23.250.885	23.250.885	23.250.885	69.752.655	23.250.885	23.250.885	23.250.885	23.250.885	93.003.540

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

R\$ Mil

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
Acre	144.012	11.185	1.913	4	0	39	3.816	16.955	117,7	595,1
Alagoas	686.155	13.601	8.147	83	610	357	11.747	34.546	50,3	419,1
Amapá	124.616	11.155	1.203	1	0	173	3.486	16.017	128,5	503,2
Amazonas	737.073	9.123	4.703	900	0	428	41.838	56.993	77,3	466,6
Bahia	2.886.955	30.720	30.568	2.028	0	1.580	94.270	159.165	55,1	436,8
Ceará	1.585.399	23.987	17.905	442	0	692	23.897	66.924	42,2	447,8
Distrito Federal	294.440	2.257	759	9	0	344	0	3.369	11,4	21,5
Espírito Santo	501.939	4.904	6.111	1.497	0	1.812	50.324	64.647	128,8	782,2
Goiás	915.092	9.295	12.433	337	0	567	59.002	81.634	89,2	498,9
Maranhão	1.475.516	23.599	13.914	318	13.917	713	20.464	72.925	49,4	429,1
Mato Grosso	575.990	7.545	6.474	320	0	825	36.660	51.825	90,0	548,1
Mato Grosso do Sul	404.776	4.355	5.089	215	0	525	30.816	40.999	101,3	633,5
Minas Gerais	3.257.717	14.563	45.004	3.817	0	5.484	189.305	258.172	79,2	460,0
Paraná	1.558.298	9.426	23.105	3.744	0	4.285	108.280	148.840	95,5	580,9
Paraíba	773.710	15.657	11.062	132	0	122	14.830	41.803	54,0	405,9
Pará	1.554.289	19.982	12.455	1.260	7.523	1.855	35.888	78.964	50,8	416,6
Pernambuco	1.429.101	22.559	17.000	188	0	631	51.947	92.326	64,6	434,4
Piauí	663.490	14.128	8.519	18	1.201	128	11.949	35.943	54,2	448,5
Rio Grande do Norte	543.826	13.659	8.500	227	0	154	18.105	40.645	74,7	551,8
Rio Grande do Sul	1.541.054	7.699	23.050	4.829	0	4.268	164.784	204.630	132,8	684,2
Rio de Janeiro	2.002.925	4.995	10.107	3.469	0	2.493	162.944	184.007	91,9	700,9
Rondônia	300.173	9.205	3.115	48	0	106	14.557	27.031	90,1	568,1
Roraima	75.189	8.110	1.671	2	0	16	2.365	12.165	161,8	516,6
Santa Catarina	878.422	4.184	13.303	2.955	0	1.526	65.447	87.416	99,5	632,9
Sergipe	378.202	13.585	4.980	23	0	106	12.667	31.361	82,9	587,6
São Paulo	5.091.365	3.269	45.087	6.717	0	13.183	645.252	713.509	140,1	710,0
Tocantins	263.208	14.189	5.249	4	0	33	8.171	27.646	105,0	606,2
TOTAL	30.642.932	326.937	341.427	33.586	23.251	42.447	1.882.810	2.650.459	86,5	542,2

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 743, de 07/03/2005. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.